



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JONATHAN JORGE RODRIGUES BARBOSA JUNIOR

**IMIGRAÇÃO LATINA PARA OS ESTADOS UNIDOS: A GUERRA DE DONALD
TRUMP CONTRA OS INDOCUMENTADOS**

JOÃO PESSOA/PB

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JONATHAN JORGE RODRIGUES BARBOSA JUNIOR

**IMIGRAÇÃO LATINA PARA OS ESTADOS UNIDOS: A GUERRA DE DONALD
TRUMP CONTRA OS INDOCUMENTADOS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof^ª. Liliana Ramalho
Froio

JOÃO PESSOA/PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238i Barbosa Junior, Jonathan Jorge Rodrigues.
Imigração latina para os Estados Unidos: a guerra de
Donald Trump contra os indocumentados / Jonathan Jorge
Rodrigues Barbosa Junior. - João Pessoa, 2024.
67 f.

Orientação: Liliana Ramalho Froio.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Imigração. 2. Estados Unidos. 3. Política
migratória. 4. Governo Trump. 5. América Latina. I.
Froio, Liliana Ramalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

JONATHAN JORGE RODRIGUES BARBOSA JUNIOR

IMIGRAÇÃO LATINA PARA OS ESTADOS UNIDOS: A GUERRA DE DONALD TRUMP CONTRA OS INDOCUMENTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, _25_ de _____ abril _____ de _2024_

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LILIANA RAMALHO FROIO
Data: 25/04/2024 16:08:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Liliana Ramalho Froio (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 MOJANA VARGAS CORREIA DA SILVA
Data: 26/04/2024 16:30:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Mojana Vargas Correia da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 DEBORA FIGUEIREDO MENDONÇA DO PRADO
Data: 26/04/2024 15:19:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu agradecimento ao meu Deus que nunca me abandonou, e presenciou meus choros, meus sofrimentos, e toda a minha ansiedade para conclusão do meu curso. Além de estar ao meu lado quando me senti só na árdua confecção deste trabalho.

Ao meu pai Jonathan Jorge Rodrigues Barbosa e minha mãe Kátia da Silva Barbosa por me ensinarem sempre que a educação é o melhor caminho para o ser humano e me incentivarem a findar este curso da melhor forma possível, me dando toda sustentação de um lar em paz, apesar das tempestades que passamos. Amo vocês para sempre, e irei orgulhá-los ainda mais.

Às minhas irmãs, Kalyne e Keylla que sempre confiaram em mim e me puseram em lugares que nunca acreditaria estar. Eu as amo incondicionalmente. Ao meu irmão Isaque, meu maior sonho realizado, que mesmo pequeno, me faz ser mais forte. Te amo pra sempre, meu “mideus”.

Aos meus avós, Socorro, João e Antônio por seus ensinamentos de avós, suas forças nas lutas e por sempre estarem comigo.

Aos amigos do Colégio da Polícia Militar da Paraíba o qual estudei todo o meu ensino médio e até hoje mantemos fortes laços de amizade e amor. Pra sempre comigo, e eu pra sempre com vocês. Vamos voar mais alto e estarei de perto celebrando cada vitória de vocês. Os amo profundamente.

Aos amigos do Fenelon Câmara, em especial Thalyane Aguiar por ter me acompanhado em cada processo e celebrar cada vitória comigo. Obrigado por tudo, Thaly. Amo você e a levarei pelo resto da minha vida.

Aos amigos da minha igreja que me auxiliaram em meu ministério e me apoiaram todas as vezes que precisei me ausentar das programações para permanecer na busca do meu tão sonhado diploma.

Aos meus atuais companheiros de trabalho Vivianne, Raianna, Dominik, Franci, Liz, Izabel e Ronaldo que me entenderam e me deram todo o apoio necessário para ir em busca dos meus sonhos. À Stela Dantas que mesmo de longe me auxiliou e sempre chegava com palavras de força e coragem.

Por fim, agradeço à minha orientadora Liliana Froio por ter acreditado em mim e no meu trabalho mesmo não tendo aproximação durante a graduação.

Aos meus amigos Paulo e Esther que durante todo o curso se fizeram presentes. Vivemos momentos únicos e de muito aprendizado. Sentirei saudades de vocês. Estendo também a todos os colegas que fiz durante a graduação. Desejo sucesso a todos.

À todos os professores e professoras de Relações Internacionais por me auxiliarem na formação, em especial Mariana Baccharini e Eliane Superti pelos direcionamentos neste conturbado fim de curso.

*"O próprio Senhor irá à sua frente e
estará com você; ele nunca o deixará,
nunca o abandonará. Não tenha
medo! Não se desanime!"*

(Bíblia: Deuteronômio 31:8)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo mostrar compreender a imigração latina para os Estados Unidos, passando pelos governos Bill Clinton, George W. Bush, Barack Obama, Donald Trump e um pouco sobre o começo do governo Joe Biden, a fim de justificar as políticas migratórias instituídas pelo governo Trump. A análise irá se debruçar sobre a seguinte questão: Como os governos norte-americanos conduziram a questão da migração latina ao longo do tempo? O governo de Donald Trump estabeleceu, de fato, uma política diferenciada para tratar a questão da imigração latina? Além de compreender o panorama geral sobre o tema no período escolhido, também objetiva-se verificar se o presidente Trump elaborou uma política diferenciada dentro dessa trajetória histórica. Para realização desta pesquisa, foi utilizada a seguinte metodologia: análise da literatura sobre o tema, discursos proferidos pelos presidentes, e as leis que mediram a situação na época. Como conclusão, verificou-se que o governo de Donald Trump além de prosseguir com políticas instituídas pelos seus antecessores, instituiu uma agenda de xenofobia contra os imigrantes latinos até mesmo antes de se eleger presidente.

Palavras - chave: Imigração. Estados Unidos. América Latina. Trump.

ABSTRACT

The main objective of this work is to show an understanding of Latin immigration to the United States, through the governments of Bill Clinton, George W. Bush, Barack Obama, Donald Trump and a little about the beginning of the Joe Biden government, in order to justify the immigration policies instituted by the Trump administration. The analysis will focus on the following question: How have North American governments handled the issue of Latino migration over time? Has Donald Trump's government actually established a different policy to deal with the issue of Latino immigration? In addition to understanding the general panorama on the topic in the chosen period, the objective is also to verify whether President Trump developed a different policy within this historical trajectory. To carry out this research, the following methodology was used: analysis of literature on the topic, speeches given by presidents, and the laws that measured the situation at the time. In conclusion, it was found that Donald Trump's government, in addition to continuing with policies instituted by his predecessors, instituted an agenda of xenophobia against Latino immigrants even before being elected president.

Keywords: Immigration. U.S. Latin America. Trump.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Criança chorando ao ver a mãe sendo presa na fronteira 42

LISTA DE ABREVIATURAS

DACA - Deferred Action for Childhood Arrivals

EUA - Estados Unidos da América

GF - Guerra Fria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICA MIGRATÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS: PERSPECTIVA HISTÓRICA - POLÍTICA	16
3 POLÍTICA MIGRATÓRIA PRÉ-TRUMP.....	24
3.1 GOVERNO CLINTON.....	24
3.2 GOVERNO GEORGE W. BUSH.....	27
3.3 GOVERNO OBAMA.....	31
4 POLÍTICA MIGRATÓRIA GOVERNO DONALD TRUMP.....	38
5 CONCLUSÃO.....	50
6 BIBLIOGRAFIA.....	56

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Cunha (2010), um dos grandes problemas enfrentados pelos Estados Unidos é a imigração realizada de forma indevida e, por ser uma das principais potências econômicas do mundo, o país consegue despertar o interesse de indivíduos de diversos países com a perspectiva de viver nos EUA para melhorar de vida. Contudo, nem todos conseguem adentrar ao país de forma legal, optando por meios ilegais. Thomaz Souza (2023) indica que, no geral, os imigrantes latino-americanos que atravessam as fronteiras dos Estados Unidos podem ser caracterizados como pessoas com extrema necessidade, em razão de problemas econômicos.

A ideia defendida por Cunha (2012) é de que se tratando de imigração para os Estados Unidos há uma ideia comum de que todos os americanos são imigrantes e, portanto, a partir do século XIX o país passou a criar leis que proibiam a entrada de determinadas pessoas no território americano. Filipe Cunha (2010) afirma que o ato de entrar em um país sem permissão ocorre por diversos motivos, que vão desde as diferenças entre os países à facilidade de transporte, entre outros. A própria ideia de legalidade, para estrangeiros nos Estados Unidos, é historicamente recente, sendo implantado no país na década de 1880 (CUNHA, 2010). Desde 1790, os Estados Unidos criaram leis para regulamentar e naturalizar os imigrantes que chegavam em seu território. Ainda em 1790, foi implementado uma lei que fornecia naturalização às “pessoas brancas e livres de bom caráter moral”, o *Naturalization Act of 1790*, na ocasião, a lei demandava que o requerente deveria estar um período de dois anos de residência nos Estados Unidos e um ano no estado em que estava sendo solicitado a naturalização (CUNHA, 2010). A lei de 1790 foi substituída cinco anos depois, pelo *Naturalization Act of 1795*, que em um cenário de Revolução Francesa implantava certas mudanças para impedir a ida de franceses revolucionários aos Estados Unidos aumentando o tempo de residência exigido para cinco anos (CUNHA, 2010). Três anos depois, foi imposto o *Alien and Seditions Act* que aumentava ainda mais o tempo de residência que saltava de cinco para quatorze anos. Apesar de não haver uma regulamentação definida, Cunha (2010) cita um ato aprovado em 1855 que concede cidadania às mulheres

estrangeiras que estavam casadas com indivíduos americanos, sendo eles de origem ou naturalizados.

As modificações mais importantes nas políticas migratórias dos Estados Unidos foi a junção da 14ª emenda à Constituição Americana em Julho de 1868 que dizia que todas as pessoas que eram nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e estavam sujeitas à jurisdição do país, são cidadãos dos Estados Unidos e do estado em que elas residem (Constituição dos Estados Unidos, 14ª emenda, 1868). De acordo com Cunha (2010) a 14ª emenda foi destaque porque o ato de 1790 concedia cidadania americana apenas a pessoas denominadas brancas e livres de bom caráter moral e a partir de 1868, além das determinadas em 1790, os negros passaram a ter cidadania reconhecida.

Apesar da 14ª emenda tentar diminuir a discriminação para com os imigrantes, em 1882, o governo americano instituiu uma nova lei que incentivou a xenofobia: o *Chinese Exclusion Act*. Em resumo, na década de 1860, os Chineses eram maioria nos Estados Unidos, Cunha (2010) compara com os mexicanos que viviam no país, especialmente na Califórnia. Com a presença massiva de chineses os americanos estavam com um sentimento de insatisfação. Um episódio trazido por Cunha (2010), retrata que em 1870 trabalhadores de uma fábrica localizada em São Francisco entraram em greve exigindo um aumento de salário o que fez com que esses trabalhadores fossem substituídos por chineses. Vale salientar que o ato de 1882 não expulsava os chineses que estavam nos Estados Unidos, mas impossibilitava a ida de membros das famílias desses indivíduos. O *Scott Act* de 1888 agravou a situação pois proibia os chineses de saírem dos EUA (CUNHA, 2010).

O ato de 1882 trouxe marcos relevantes para a imigração nos Estados Unidos. Houve praticamente a institucionalização da xenofobia que se caracterizava como o impedimento de entrada de um povo, mas, o grande marco foi implementar o conceito de imigração ilegal nos Estados Unidos (CUNHA, 2010). As leis criadas até então tinham um objetivo de regulamentar a nacionalidade dos estrangeiros, mas não de barrar sua entrada (CUNHA, 2010). Para o autor, não era difícil entrar

no país norte-americano antes de 1882 mas a situação foi alterada com o *Chinese Exclusion Act* onde os imigrantes agora se viam em duas definições: imigrantes legais e ilegais.

A imigração ilegal tornou-se um problema para os Estados Unidos de diversas maneiras, repercutindo tanto no âmbito político, quanto social, na medida que há o constrangimento sofrido pelo migrante frente às autoridades americanas, as imposições contra a imigração de indocumentados, a xenofobia e até mesmo o envolvimento com o tráfico de drogas (CUNHA, 2010). O problema da imigração feita por vias ilegais resultou em algumas medidas drásticas como, por exemplo, o muro que cobre boa parte da fronteira dos Estados Unidos com o México (CUNHA, 2010). De acordo com o autor, a barreira física que divide os Estados Unidos e México se assemelha a outros episódios já vistos na história do mundo, como é o caso do Muro de Berlim que separava a Alemanha Ocidental da Alemanha Oriental.

Um momento histórico relevante que impactou a política migratória dos EUA foi o ataque terrorista da Al-Qaeda em 11 de setembro de 2001. No episódio, os terroristas atingiram, com seus aviões sequestrados, as chamadas “torres gêmeas” do World Trade Center, o que provocou um elevado número de vítimas (SOUZA et al 2014). A partir desse episódio, o combate ao terrorismo passou a produzir diversos efeitos e passou a ser o foco de atenção das autoridades, inclusive em nível global (SOUZA et al 2014). Nesse processo, terrorismo e imigração tornaram-se problemas muito próximos e correlacionados (FABRI, et al, 2023) e o governo dos Estados Unidos passou a atuar com mais severidade em relação à imigração, como será analisado nesse trabalho.

Outro fato importante a ser mencionado aqui, que influenciou de forma negativa a percepção sobre o migrante, foi a crise de 2008. Segundo Cunha (2012), com a crise houve uma rápida deterioração da economia estadunidense, a redução da oferta de emprego além de uma diminuição dos salários, o que acendeu um alerta para a imigração, tendo em vista que os estrangeiros representam uma ameaça aos empregos. Do lado dos imigrantes, a atratividade dos Estados Unidos estava em cheque (CUNHA, 2012). O autor pontua que, com a crescente intolerância com

os estrangeiros, aumentou o questionamento se ainda valeria a pena migrar para os Estados Unidos diante das tamanhas dificuldades que o momento apresentava (CUNHA, 2012).

A crise de 2008 escancarou diversos problemas que os Estados Unidos deveriam enfrentar a partir desse momento. O governo Barack Obama teve que realizar diversas ações para conter as consequências trazidas pelo episódio. Ao contrário do que se esperava, foi durante o governo do republicano que houve a maior deportação de indivíduos da história do país. De acordo com a Gazeta do Povo (2019), durante o governo Obama, o total de deportações foi de mais de 385 mil por ano, entre 2009 e 2011. O número teve o seu auge em 2012, com o total de 409 mil deportações de indivíduos.

Durante o governo de Donald Trump, sucessor de Barack Obama, eram frequentes os episódios que demonstravam violações dos Direitos Humanos contra o imigrante latino-americano. As ações do governo Donald Trump foram resultado de uma política anti-imigratória que havia sido aplicada nos Estados Unidos (CUNHA, 2018). Durante o governo do republicano, presenciou-se a política de tolerância zero para os imigrantes indocumentados que entravam no país indocumentados e se utilizavam de outros caminhos para adentrar o solo americano. A política se caracterizou como a mais dura, como resultado de uma sequência de outras que foram implementadas no governo do seu antecessor democrata, Barack Obama (CUNHA, 2018).

O objetivo do presente trabalho consiste, portanto, em compreender a forma que os governos dos EUA lidaram com a questão migratória com o intuito de verificar se, de fato, o governo do presidente Donald Trump, tido como um governo de direita mais radical, trouxe uma política migratória diferenciada em relação ao que estava em curso. A análise se estende até o governo seguinte de Joe Biden, que assumiu a presidência em 2021, já que o mesmo teve como pauta medidas mais humanas para conter a crise de imigração ilegal (NEVES, 2024). O interesse aqui é verificar se houve uma reanálise ou não da política migratória de Trump, tentando compreender se essa temática está atrelada ao viés ideológico-partidário do

governo ou se consiste em questão sensível e de difícil trato na política norte-americana. O fato é que, a pauta migratória é constante no debate político estadunidense, tendo reforço nas eleições presidenciais e nas disputas por protagonismo entre os governadores e a Casa Branca, dada pela constante chegada de migrantes na fronteira com o México (CABRAL, 2024).

Após essa breve introdução, busca-se, primeiramente, apresentar a temática e um panorama geral da imigração latina para os Estados Unidos, partindo do governo Bill Clinton até o início do governo de Joe Biden, trazendo as principais ações dos governos com o objetivo principal de trazer e justificar as políticas migratórias instituídas por Donald Trump. Cada capítulo aborda governos diferentes e suas ações. Sabe-se que a imigração é um dos temas mais polêmicos para os governos americanos e, por isso, torna-se relevante esclarecer se o governo de Donald Trump promoveu grandes mudanças na política migratória dos Estados Unidos.

2. POLÍTICA MIGRATÓRIA DOS EUA: PERSPECTIVA HISTÓRICA-POLÍTICA

Para realizar um estudo sobre os governos americanos e suas relações com as migrações advindas da América Latina, é importante entender um pouco sobre o que é o fenômeno, e porque os indivíduos tendem a migrar para um país. Rubén G. Rumbaut (2017), sociólogo cubano americano, coloca que a imigração pode ser definida como uma força que produz mudanças sociais profundas e que não estão previstas nas sociedades. Ainda de acordo com o jornalista, o fenômeno traz consigo processos de mudança culturais e medidas políticas para lidar com a questão. De forma mais sucinta, Guillot (2023) aponta a migração como um movimento de pessoas de um dado lugar para outro com o objetivo de se estabelecerem em um novo local. Ela pode ocorrer de forma voluntária ou involuntária, por uma série de motivos, incluindo questões econômicas, ambientais e sociais.

A migração entre fronteiras é um fenômeno que ocorre rotineiramente na sociedade contemporânea. Isso está atrelado à melhoria dos meios de transporte e comunicação (SILVA, 2013). Além desses fatores, João Silva (2013) aponta que há múltiplas causas da imigração, como a consolidação e multiplicação dos Estados Nacionais, que aumentou o número de fronteiras e permitiu os movimentos migratórios. O autor ainda afirma que países como os Estados Unidos se tornaram grandes receptores de migrantes durante os três últimos séculos.

Para que o movimento aconteça, é necessário alguns fatores sociais e políticos. A perseguição étnica, religiosa, racial, política ou cultural pode ser caracterizada como uma das principais razões que levam as pessoas a saírem de seus países para uma tentativa de mudança de vida (GUILLOT, 2023). Outro fator importante, apontado pelo autor, é a guerra, ou a presença ou ameaça de um conflito, e a perseguição por parte do governo. Além desses, outros fatores influenciam na vontade das pessoas de saírem de seus territórios como salários mais elevados, melhores oportunidades de emprego, um padrão de vida mais elevado e oportunidades na área da educação (GUILLOT, 2023). Outro fator trazido pelo

autor é a migração ambiental sendo justificada como quando os indivíduos estão fugindo de desastres naturais, como inundações, furacões e terremotos. Além dos fatores que podem levar um indivíduo a sair de seu país de origem, o fluxo migratório gera consequências e provoca diferentes reações nos residentes das cidades receptoras, os quais consideram o imigrante como uma ameaça cultural e econômica. Segundo o site *American Economic Association*, o fenômeno da migração responde a oportunidades sociais e econômicas, que estão distribuídas de forma desigual, e que simultaneamente é determinada por forças a nível micro e macro. De acordo com Guillot (2023), a imigração trará um determinado impacto ao lugar onde se devem instalar os imigrantes, uma vez que alguns países possuem abordagens mais liberais enquanto outros não detêm essa política mais humanitária, por isso, é bastante provável que o indivíduo procure um país que aceite requerentes de asilo.

De acordo com Cunha (2010), quando uma pessoa entra nos Estados Unidos, ela pode ser classificada de três maneiras: a primeira classificação diz respeito aos estrangeiros que adquirem um visto para obter permanência temporária no país; a segunda classificação são os imigrantes legais, que caracterizam os indivíduos que recebem o *green card*¹. Por fim, têm-se os imigrantes indocumentados, que são aqueles que adentram no país por meios ilegais. Cunha (2010) pontua que há três formas de se tornar um cidadão indocumentado sendo a primeira forma a mais arriscada que ocorre quando há o ingresso no território por algum ponto cujo não haja inspeção; Enquanto a segunda forma de ser um indocumentado é traduzida pela entrada no país de forma legal mas não retornar ao seu local de origem no tempo determinado, e a terceira forma ocorre quando o estrangeiro descumpre os termos de seu visto, como por exemplo, um indivíduo entra nos Estados Unidos com visto de turista mas passa a ter um emprego no país (CUNHA, 2010).

Louise Enriconi (2017) traz rapidamente as diferenças entre os conceitos de imigrante, refugiado e asilado político e mostra que apesar dos indivíduos nessas situações terem alguma semelhança, a diferença entre eles são as razões que os

¹ O Green Card é o visto de residência permanente nos Estados Unidos.

levaram a se deslocar, pedir solicitação de asilo ou refúgio. Na visão da autora, Imigrantes é a nomenclatura dada para uma pessoa que se desloca de forma voluntária de seu país de origem para outro, tendo a intenção de se estabelecer por algum tempo no Estado de acolhida. Os Asilados Políticos são aqueles que estão sofrendo perseguições por motivos políticos em seu país de origem. A condição dos refugiados se assemelha aos asilados políticos, contudo, além de estarem sofrendo perseguição política, o refugiado pode ter relação com os mais diferentes tipos de perseguição sendo elas de etnia, religião, nacionalidade, grupo social, convicção política, entre outros (ENRICONI, 2017).

Segundo Mike Davis (2015), as ondas migratórias de latino-americanos para os Estados Unidos foram determinadas pelo aumento da demanda de mão-de-obra temporária que existia nas grandes metrópoles. Durante a década de 1980, na mesma medida em que as crises geravam milhões de desempregados, de forma a aumentar os índices de pobreza na América Latina, as guerras civis² afetaram de forma significativa a população da América Central e a imigração ganhou um forte impulso (DAVIS, 2015). Em decorrência da crise política, econômica e social que se instaurou entre os anos 1980 e 1990 na América Central, o fluxo de imigrantes se redirecionaram, principalmente, para o sul da Califórnia e Nova York (DAVIS, 2015). A migração para o caso da América Latina pode ser caracterizada como fluxos mistos, movimentos populacionais que incluem refugiados, imigrantes que desejam asilo no país receptor, imigrantes econômicos, imigrantes climáticos e outros (SORRENTI, 2023).

² Em 1979, a política interna de El Salvador se encontrava num momento delicado após o golpe militar que derrubou o governo do ditador Carlos Humberto Romero, levando a Junta Revolucionária de Gobierno (JRG) ao poder. A crise se agravou ainda mais com o assassinato do arcebispo Oscar Romero por um integrante do Exército em março de 1980, quando o mesmo estava celebrando uma missa. Na ocasião, o arcebispo era conhecido opositor do regime e teve em seu funeral, 42 pessoas mortas, desencadeando uma série de manifestações internas e externas (MACEDO, 2017). O conflito eclodiu entre o governo civil-militar direitista e a guerrilha de esquerda de El Salvador. Um fato interessante trazido por Macedo (2017) é de que os Estados Unidos, em plena GF, passaram a interferir na guerra civil de El Salvador a partir de 1981, durante o primeiro governo de Ronald Reagan. A guerra durou 12 anos, e matou entre 60 mil e 80 mil pessoas (MACEDO, 2017).

A *American Economic Association* ressalta que a imigração latino-americana proporcionou aos Estados Unidos uma gama de benefícios econômicos, como a redução do custo dos bens produzidos nas grandes indústrias que contratavam trabalhadores imigrantes e o aumento da procura desses bens (*American Economic Association, 2017*). Ainda, a notícia informa que a força de trabalho do imigrante contribuiu para a prosperidade econômica do país na década de 1990 e que hoje pode ser desfrutada pelos americanos de classe média.

A migração de latinos para os Estados Unidos é um fenômeno que acontece desde o século 19, momento em que foram registrados deslocamentos de indivíduos advindos do México para os Estados da Califórnia, Texas, Arizona e Novo México (CASTRO, 1991).

De acordo com Cunha (2012), a imigração de uma forma geral aos Estados Unidos começou a ser estimulada durante o período colonial pois havia a necessidade de povoar todo o território. Para atrair imigrantes, alguns pontos foram colocados como incentivos, como a fartura de terras que estavam para ser distribuídas, a tolerância religiosa e algumas recompensas financeiras que eram pagas pelas colônias devido à necessidade de mão de obra (PROPER apud CUNHA, 2012). O período que contempla a Revolução Americana da segunda metade do século XVIII e a declaração da independência dos Estados Unidos - que ocorreu no dia 04 de julho de 1776 - alterou o conceito de imigração estabelecendo legislações efetivas que continham requisitos para a entrada de estrangeiros no país. A ideia surgiu após a ameaça de que havendo uma entrada massiva de imigrantes nas colônias poderiam descaracterizá-las. Desde a independência dos Estados Unidos até o início dos anos 1830, os índices migratórios se mantiveram relativamente baixos e constantes e a partir de então, uma série de fatores desenvolveram um aumento na imigração. No período de 100 anos após a independência do país, as leis americanas que ditavam acerca da imigração, visavam apenas o desenvolvimento de fatores que regulamentassem e naturalizassem aqueles indivíduos que chegavam ao país recém-formados. Esse período durou até meados de 1790

quando surgiu a primeira legislação de caráter nacional que dizia respeito à nacionalização. A primeira legislação era a *Naturalization Act of 1790*³.

Contudo, as tentativas não tiveram um resultado satisfatório para as autoridades da época. De fato, houve alguns imigrantes barrados, contudo, todo o território continuou sendo receptor desses indivíduos. Nos 100 primeiros anos do pós-independência, os imigrantes para os Estados Unidos presenciaram um período livre para os indivíduos que desejavam ingressar no país (CUNHA, 2012).

De modo geral, a imigração latino-americana para os Estados Unidos, tinha a motivação na busca de oportunidades para sair da pobreza e fugir da falta de oportunidade nos países de origem desses indivíduos, como afirma Thomáz Sousa (2023). Os imigrantes que não conseguiam essa porta de escape pelos meios exigidos, sendo por questões financeiras ou outros motivos, o faziam de forma ilegal (SOUZA, 2023).

Cunha (2012) coloca que uma das características peculiares do período da GF foi o aumento da população mundial. O autor mostra alguns dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que apontam que a população total do planeta em 1900 era de 1,65 bilhões de pessoas; em 1950 esse número aumentou para 2,52 bilhões enquanto nos anos 1960, a população mundial já era de 3,02 bilhões; em 1970, a população chegou a 3,7 bilhões e, em 1980, 4,44 bilhões. Para o autor, essa fase reflete as taxas mais elevadas de toda a história. Um crescimento dessa natureza se refletiu na quantidade de imigrantes no mundo e, logicamente, nos Estados Unidos. A postura que os Estados Unidos manteve com a região da América Latina durante o período da Guerra Fria refletia a imposição da força da sua hegemonia, sendo ela de forma pacífica ou não, mas com o objetivo de garantir a dominação americana em tempos de bipolaridade (SOUZA, 2023).

³ Tal lei concedia a naturalização às pessoas que fossem brancas e livres e que tivessem suas índoles aprovadas, além de terem de realizar um juramento de lealdade à Constituição dos Estados Unidos. Além disso, era necessário, também, que o estrangeiro morasse no novo país há pelo menos dois anos quando do requerimento da cidadania e há um ano no estado em que desejava solicitá-la.

Em 1945, os Estados Unidos já exerciam uma nova política externa em que os conceitos de hegemonia e de internacionalismo eram bastante acentuados. Nesse contexto de busca pelo poder e pelo domínio internacional, os Estados Unidos exerceram uma política de contenção em relação ao regime socialista soviético (CUNHA, 2012). O presidente Truman (1945-1952) foi o grande responsável por aplicar essa política e suas ações eram mais deterministas do que aquelas praticadas até a II Guerra Mundial. O foco era a contenção do socialismo e de todo o seu sistema de influência no mundo. De acordo com Felipe Cunha (2012), Eisenhower criticava Truman pelo descaso com a América Latina, contudo, a ascensão da esquerda em países latino-americanos, como o Brasil, a Argentina e o Chile, que poderia ter afastado os Estados Unidos da região, não ocorreu, e, apesar do distanciamento, a América Latina continuava a solicitar ajuda através de investimentos, os quais não foram atendidos.

Alguns fatores foram fundamentais para o desenvolvimento e a difusão da cultura popular estadunidense que contribuíam para o desejo de migração aos Estados Unidos como a música, a televisão e especialmente o cinema que se espalhava pelo mundo. Tudo isso se dava dentro de um contexto de Guerra Fria e a incansável busca por zonas de influência.

Em 1952 foi aprovado o *Immigration and Nationality Act of 1952*, que também ficou conhecido como o *Mc-Carran-Walter Act*, a legislação abolia as restrições a imigrantes que eram baseadas nos critérios raciais, o que demonstrou um certo avanço na proibição da imigração aos povos de diferentes regiões específicas do mundo. A partir desse momento, o que deveria ser levado em consideração para que ocorresse a entrada de um imigrante ao país, seria a sua conformidade com os valores que eram defendidos pela sociedade norte-americana. Mesmo assim, tal ato mantinha fatores que impediam um fluxo descontrolado de imigrantes nas fronteiras americanas. Com a alteração na legislação, a média anual de imigrantes que ingressaram de forma legal nos Estados Unidos entre 1952 e 1965, foi de cerca de 270 mil indivíduos (CUNHA, 2012).

Durante os anos de 1980, os conflitos que aconteciam na América Central geraram um expressivo número de indivíduos que se deslocavam dos seus países de origem gerando grandes ondas de imigrantes vindo de El Salvador, Guatemala e Nicarágua para os Estados Unidos. Nos anos de 1990, podemos observar uma mudança de atitude que recaiu sobre a imigração nos EUA. Essa mudança pode ter sido resultado da recessão econômica e estimulada pelo final da Guerra Fria, o que colocava em cheque o envolvimento internacional dos Estados Unidos (HERZ, 2002).

Em 1990, a América Latina passou a ser a principal região de origem dos imigrantes dos Estados Unidos. Em 2019, já representavam 6,5% da população dos EUA (TIENDA, Marta, SANCHEZ, Susana, 2009).

Com todo esse histórico já apresentado, há um fator importante que devemos citar, apesar de não haver um aprofundamento é extremamente necessário apontar que quando tratamos da imigração de uma forma geral, em especial a ilegal, vemos que há um impasse do governo federal e com os Estados da federação fazendo surgir o conceito de Estados-santuário. O termo ganhou notoriedade a partir da década de 1980, e as denominadas cidades-santuário nos EUA visavam atuar de forma contrária às medidas do governo federal protegendo a situação do imigrante no país (BEVILACQUA, 2016). Nessa época os estados da Pensilvânia, Nova Jersey e Nova York, se utilizaram dessa nomenclatura para realizar medidas internas de apoio aos desfavorecidos pelo governo federal (BEVILACQUA, 2016).

Apesar do Movimento dos anos 1980 ter extrema importância para consolidar o engajamento subnacional na questão migratória, a virada para o século XXI levou a diversas transformações não apenas no movimento, mas na forma com que a sociedade estadunidense lidava com a questão migratória que continuava a ter um número crescente de imigrantes, mesmo tendo o seu conceito ser associado ao terrorismo (BEVILACQUA, 2019). Como veremos mais à frente, o pós-2001 foi marcado por políticas migratórias mais restritivas, mas ainda assim, algumas localidades permaneceram na luta contra as políticas federais pois a julgavam

abusivas

(BEVILACQUA,

2019).

Vale salientar, também, que apesar de ter conquistado esfera nacional durante os anos 1980 e 1990, as cidades-santuário ganharam projeção midiática na campanha de combate à imigração iniciada por Donald Trump durante a corrida presidencial (BEVILACQUA, 2019).

Em linhas gerais, as cidades-santuário são os governos locais, municipais ou estatais que buscam restringir a cooperação com o governo federal, no que tange às políticas migratórias (BEVILACQUA, 2019). Para Bevilacqua (2019), o envolvimento dos governos subnacionais na política imigratória se dá através de leis e/ou políticas que limitam a ação dos policiais locais no sentido de investigar ou divulgar informações sobre a situação dos imigrantes que estão inseridos dentro das cidades, protegidos por leis e direcionamentos locais, como dito anteriormente. Essas políticas locais são denominadas de “don’t ask”, “don’t tell” e “don’t enforce”, segundo Bevilacqua (2019): A política “don’t ask” que poderia ser traduzida com não pergunte ou não questione, impõe aos funcionários da polícia local a limitação na investigação sobre o status de imigração dos indivíduos, que foi fortemente utilizado durante o governo Donald Trump; As política “don’t tell” - não diga, não fale - caracteriza a restrição no compartilhamento das informações especificadas anteriormente, sobre a situação dos indivíduos imigrante; A terceira e última política, o “don’t enforce” - não aplique, não ponha em prática, pode ser debatida como a política que restringe as prisões ou os mandados de prisão aos imigrantes que violam as leis de imigração ou seja, que estejam ilegais nos Estados Unidos (BEVILACQUA, 2019).

Por fim, é importante colocar que as cidades-santuário tiveram uma maior projeção nos governos Obama e Trump devido a pressão da mídia e divergências com o governo federal.

3. POLÍTICA MIGRATÓRIA PRÉ-TRUMP

3.1 GOVERNO BILL CLINTON

Bill Clinton assumiu o governo dos Estados Unidos em 1993, sendo reeleito para o cargo em 1997 permanecendo na Casa Branca até 2001. A imigração no governo Clinton teve uma atenção especial apesar de ter poucos acontecimentos nesse sentido conforme Cunha (2012).

Logo no início do governo Clinton, foram desenvolvidas operações estratégicas no tangente à migração pela U.S. Border Patrol (CUNHA, 2012). A primeira ocorreu em 1993 e ficou conhecida como *Hold the Line*⁴, a operação visava desestimular a imigração ilegal na região do Texas tendo diversos oficiais deslocados para a região da fronteira entre El Paso e a mexicana Ciudad Juarez - na época - um dos pontos que tinham maior fluxo de imigrantes indocumentados e também de maior criminalidade dos Estados Unidos (CUNHA, 2012). Segundo Cunha (2012) a estratégia da operação era a de posicionar agentes em locais específicos sendo possível a visualização do outros e ao mesmo tempo em que eram vistos pelos possíveis imigrantes que passariam pela fronteira com uma forma de desmotivar muitas das tentativas de entrada ilegal nos EUA. Como resultado dessa operação pôde-se notar uma redução drástica na taxa de criminalidade da região além de uma considerável diminuição na apreensão de imigrantes indocumentados na área em que os agentes estavam localizados (CUNHA, 2012).

Apesar de haver essa redução, a operação foi criticada pois não representava uma diminuição na entrada de ilegais ao país, pois intensificando a patrulha em uma região tendo as outras descobertas, geraria um deslocamento do fluxo. A fiscalização no Texas não impedia a busca por novas entradas nos EUA (CUNHA, 2012).

⁴ Traduzida como “Segure a Linha”.

Seguindo nessa linha, a Califórnia foi o segundo estado a receber a “patrulha da fronteira” em 1994, que se utilizou da mesma estratégia do Hold The Line, o que, mais uma vez reduziu a apreensão de imigrantes e ocasionou uma mudança de rota dos mesmos (CUNHA, 2012). Outros programas semelhantes foram lançados ao final dos anos 1990, como por exemplo a operação Rio Grande, em 1997, e a operação Safeguard, em 1999, no Arizona, podendo concluir que os anos 90 foram caracterizados como uma série de iniciativas da U. S. Border Patrol para tentar barrar a imigração ilegal (CUNHA, 2012).

Em 1996, o então presidente assinou uma reforma migratória que foi caracterizada como a mais drástica em décadas, segundo Rocío Paik (2020). Quatro pautas foram discutidas na luta contra os imigrantes que estavam irregulares no país, com o objetivo de maior controle de fiscalização nas fronteiras, reforço no trabalho local, remoção de “aliens” (estrangeiros) considerados criminosos e assistência aos Estados (PAIK, 2020). O primeiro ponto foi o controle das fronteiras, onde o governo americano prometeu realizar um enorme investimento que buscava impedir migrações irregulares, aumentando a fiscalização na região sudoeste dos Estados Unidos. Outro ponto do governo foi o reforço das sanções de leis trabalhistas contra aqueles empregadores que estavam contratando imigrantes com situação irregular para obter vantagens, além disso, foi proposto a deportação de imigrantes que estavam ultrapassando o tempo limite de permanência no país. Ainda no governo Clinton, foi desenvolvido um programa nacional de Detenção e Remoção. Na ocasião, o governo americano triplicou o número de imigrantes considerados criminosos. Com isso, a capacidade de detenção foi aumentada em 46% (PAIK, 2020). Ainda de acordo com a notícia, o governo de Bill Clinton compartilhou a responsabilidade dos custos das imigrações com os Estados. Segundo o governo, os custos foram herdados por falhas nas políticas migratórias do passado e com isso os custos seriam divididos em favor do bem comum, ademais essa proposta pôde contar com o financiamento do Congresso de forma a reembolsar os estados (PAIK, 2020). A reforma na política migratória proposta pelo governo de Bill Clinton expandiu os critérios de crimes que poderiam resultar na deportação de imigrantes, incluindo os permanentes (PAIK, 2020). Para os

imigrantes considerados regulares, o governo Clinton acolhia aqueles que estavam temendo perseguições nos países de origem, assim como aqueles que chegavam ao país para trabalhar, e sobre isso, o governo repudiava qualquer tipo de discriminação que tentasse impedir o imigrante de participar e contribuir com a sociedade americana (PAIK, 2020)

Segundo a Folha de Londrina (1999), Bill Clinton fez uma declaração que tentaria impor políticas norte-americanas contra a imigração ilegal apesar da situação em que se encontrava a América Central. De acordo com o jornal, o discurso de Clinton traduzia os imigrantes como indivíduos que, em sua maioria, estavam à procura de uma chance de viver com dignidade em território americano. Apesar desse discurso, o presidente afirmava que era necessário o desencorajamento da imigração ilegal porque de acordo com Clinton, prejudicava o controle das fronteiras americanas (Folha de Londrina, 1999).

O governo Bill Clinton instituiu medidas para combater a imigração ilegal e abrir novos caminhos para a legalização dos indivíduos, dentre as quais podemos destacar o *Immigration Act of 1990* que possibilitou mudanças no sistema de imigração dos Estados Unidos aumentando o número de imigrantes aceitos no país anualmente, de forma a reforçar o controle da ilegalidade estabelecendo medidas que puniam aqueles indivíduos que ingressassem no território americano por vias ilegais (CUNHA, Felipe, 2010). Outro ponto do governo Clinton foi a Lei 245(i) que permitia que o estrangeiro pudesse mudar o “status” para residente permanente, caso o estrangeiro não tenha aceitado emprego sem devida autorização para tal e tenha entrado no país legalmente (GAZETA, 2005). Em 1997 entra em vigor nos Estados Unidos a Lei de Responsabilidade pela Imigração. De acordo com Carlos da Silva (1997), a lei ditava um prazo de seis meses para que os imigrantes indocumentados que estavam nos EUA regularizassem sua situação ou estariam correndo o risco de serem expulsos do país sendo proibidos de retornarem por três anos. Além disso, a lei dificultava a concessão de asilo político ou econômico para os desejados e aumentava as penas para quem estivesse trazendo imigrantes ilegais para os EUA.

3.2 GOVERNO GEORGE W. BUSH

George W. Bush assumiu o comando da Casa Branca em 2001. A vitória neoconservadora do 41º presidente dos Estados Unidos trouxe diversas reformas internas e externas, com consequências diretas sobre toda a América, em especial, a América Latina. O presidente George W. Bush compreendia que o inimigo comunista havia desaparecido e acreditava que a consolidação da hegemonia americana finalmente tinha chegado (PECEQUILO apud Gislaine Domingos Miranda e Guilherme Magalhães da Silva, 2017).

No dia 11 de Setembro de 2001, o mundo assistiu a uma verdadeira cena de terror. Os olhos estavam voltados aos Estados Unidos e sua reação frente a um atentado que marcaria a história daquele país e de todo o mundo. Na manhã de 11 de setembro, integrantes da rede Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais norte-americanos. Dois deles foram lançados sobre as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York. Após o primeiro lançamento, as emissoras de televisão de todo o mundo estavam voltadas para as torres quando a imagem do segundo avião sendo lançado no segundo prédio foi veiculada ao vivo. O terceiro avião foi lançado sobre o Pentágono, e a quarta aeronave que teria como destino a Casa Branca, caiu no Estado da Pensilvânia. No episódio, quase 3 mil pessoas morreram. Entre os discursos memoráveis às vítimas do atentado e as homenagens prestadas a eles, os americanos faziam questão de deixar claro que o atentado de 11 de setembro se tornou um divisor de águas na história e que o acontecimento deixou em evidência a vulnerabilidade do país (FELIPE, 2016).

Sob a liderança do então presidente George W. Bush, os Estados Unidos foi transformado em uma nação que se encontrava em um tempo de guerra devido aos ataques que ocorreram em 11 de Setembro e logo as políticas migratórias do país sofreram um endurecimento. A resposta imediata do governo após o episódio incluiu uma reorganização do comando do país, a criação do Departamento de Segurança Interna e a invasão do Afeganistão que tinha como intuito o combate aos terroristas da Al-Qaeda (FABRI, et al, 2023). Segundo os autores, uma das

transformações mais marcantes desse período nos Estados Unidos, ocorreu no campo da política de imigração onde - antes dos ataques - estavam havendo discussões sobre um provável caminho que resultaria na cidadania de milhões de indivíduos imigrantes mexicanos que até então se mantiveram numa situação ilegal nos EUA. Contudo, após o atentado de 11 de Setembro, imigração e terrorismo se tornaram parecidos. A fiscalização de imigração foi adaptada sob a visão do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos que se concentrava na proteção do país contra os estrangeiros que, porventura, representassem ameaças ou indícios de risco para a população norte-americana (FABRI, et al, 2023). Segundo Mônica Herz (2002), o imigrante se tornaria uma ameaça caso esse desestabilizasse as relações bilaterais, violasse a cultura local e se oporem ao regime do país acolhedor. A autora ainda afirma que o tratamento da migração como uma questão de segurança para os Estados Unidos, fazia parte de um movimento de expansão do conceito de segurança por parte de políticas de Estado e de governo. Paul Chevigny (2003), pontua que o conceito de segurança estava tão a “flor da pele” que, imediatamente após o 11 de setembro, o governo americano prendeu centenas de pessoas sobretudo estrangeiros e até onde o autor conseguiu perceber, quase todas tinham sobrenome muçulmano ou árabe. O momento era de tanta preocupação que Chevigny traz um chocante exemplo onde dois cidadãos norte-americanos com nomes semelhantes a de um indivíduo árabe foram detidos ao retornar de uma viagem ao México onde um deles permaneceu preso durante dois meses (CHEVIGNY, 2003). Segundo Miranda (2017), a segurança das fronteiras, especificamente, as fronteiras com o México se tornou assunto prioritário na agenda norte-americana, durante o governo de George W. Bush.

Para conter a imigração dentro da política de segurança dos Estados Unidos, alguns programas foram implementados. Estes sendo direcionados às comunidades árabes, muçulmanas e as que chegavam do Sul da Ásia. Um desses programas é citado por Fabri (et al, 2023) que é o Sistema de Registro de Entrada-Saída de Segurança Nacional (NSEERS, em inglês) que resultou em vigilância, detenção e deportação em grande escala. Além disso, medidas como a *Lei*

*PATRIOT*⁵ expandiram os motivos de não aceitação de estrangeiros tendo como base a “atividade terrorista”, o que tornava mais difícil para os que desejavam asilo e proteção nos EUA. Ainda como medida de segurança, a patrulha de fronteira foi ampliada, a tecnologia de vigilância cresceu de forma dramática, houve um aumento nas revista de bagagens com uso de detectores de metal e restrições a líquidos nas malas de mão nos aeroportos. Todas essas medidas utilizadas para tentar barrar o terrorismo no país (FABRI, et al, 2023).

A ameaça do terrorismo se transformou em uma constante preocupação para os residentes nos Estados Unidos onde desde os ataques do 11 de Setembro, a defesa do país contra futuros ataques se tornou uma das principais prioridades políticas para o presidente e todo o Congresso. Tal preocupação vem se perdurando ano após ano. Para Felipe Fabri (et al, 2023), a ameaça de novos ataques ainda persiste na percepção pública, mesmo não havendo novos ataques como o 11 de setembro nas duas décadas seguintes ao atentado.

O segundo discurso do presidente George W. Bush, do chamado “Estado da União” sendo proferido em 29 de janeiro de 2002, no Congresso, deixou claro que a Guerra ao Terror era prioridade para a América. De acordo com o presidente, os Estados Unidos tinham como alvo principal as forças terroristas, além da Coreia do Norte, Irã e Iraque por serem países que de certa forma deixavam o país em ameaça frente ao desejo de seus governos de adquirirem armas de destruição. George W. Bush também garantiu que os americanos entrariam em guerra contra essas forças a qualquer custo enfatizando que: “[...] todas as nações do mundo devem saber: A América vai fazer o necessário para garantir a segurança de nossa nação. [...]”, disse.

Desse discurso em diante, a diplomacia global se voltaria para o aspecto da segurança (FABRI, et al, 2023). Vale aqui pontuar que este pequeno fragmento do discurso proferido por George W. Bush demonstra claramente que o sinônimo da imigração e terrorismo era uma realidade nos Estados Unidos.

⁵ A “Lei Patriótica” que permitiu levantar as restrições legais ao controle de telefonemas particulares, e-mails, registros médicos, transações bancárias e até de investigações na ausência do visado - que era considerada inconstitucional.

Diante de toda a preocupação e o termo segurança ser tão utilizado, em 2002, Bush iniciou uma campanha chamada “Guerra ao Terror” - além das políticas que visavam o rígido controle das fronteiras e das documentações dos indivíduos. A campanha foi constituída por diversas operações militares no Afeganistão e no Iraque (RAMOS apud MIRANDA, et al, 2017). Internamente, George W. Bush declarou três objetivos que se relacionavam diretamente com a imigração: o primeiro é o aumento de investimento na defesa das fronteiras americanas, investimento esse que foi feito em tecnologia e em indivíduos para fiscalizar as fronteiras, em especial aquelas que fazem divisa com o México; O segundo objetivo é fazer com que as leis migratórias sejam de fato exercidas dentro do país; E terceiro objetivo, era a criação do Programa de Trabalhadores Temporários, o que contribuiria para a imigração legal (MIRANDA, Gislaine, SILVA, Guilherme Magalhães da, 2017).

Nessa época, a propositura da separação dos territórios do México e EUA por meio de uma barreira física ganhou força. Em 2006, a Lei da Cerca Segura (*Secure Fence Act*) autorizou a construção de 700 milhas (cerca de 1.125 quilômetros) de uma enorme barreira entre os dois países. Segundo o site da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2020), no ato da assinatura da Lei da Cerca Segura, o presidente Bush declarou que a medida que estava sendo imposta, serviria para ajudar e proteger o povo americanos e tornaram as fronteiras mais seguras para todos os indivíduos que residiam no país. Além da previsão da construção de uma enorme cerca na fronteira, também era previsto mais barreiras de veículos, postos de controle e iluminação que ajudariam no impedimento de pessoas que quisessem entrar no país de forma ilegal. para ajudar a impedir que pessoas entrem em nosso país ilegalmente. Ainda autorizava o reforço da infraestrutura na fronteira através do aumento do uso de tecnologia avançada como câmeras, satélites e veículos aéreos como drones. Nessa época, eram disseminadas pelas cidades as operações que fiscalizavam trabalhadores que estavam ilegais aplicando multas e sanções, ampliando assim o uso de forças policiais locais. A ampliação das atividades relacionadas à imigração tornaram o Serviço de Imigração e Naturalização (INS) obsoleto, o que levou à criação dos Serviços de Cidadania e

Imigração dos EUA (USCIS), a partir de março de 2003 que assumiu a responsabilidade pelas funções de serviço de imigração do governo americano (Declaração universal dos direitos humanos 1948, 2020).

O fato é que, depois dos atentados do 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos transformaram profundamente a maneira de encarar a presença de imigrantes em seu território promovendo um endurecimento nas políticas migratórias as deixando cada vez mais restritivas para os que estavam no país como também à chegada de visitantes ao EUA. Além do luto coletivo, os atentados motivaram a chamada guerra ao terror para eliminar a rede Al-Qaeda (FELIPE, 2016).

3.3 GOVERNO BARACK OBAMA

O governo George W. Bush foi marcado pela necessidade do combate ao terrorismo e o seu sucessor teve sua campanha política baseado em diferentes propostas frente aquilo que Bush defendia. Em relação à imigração, o governo de Barack Obama fez a promessa de realizar uma reforma nas questões que abraçam este tão polêmico tema para os governos americanos. Segundo Gislaine Miranda e Guilherme da Silva, as duas grandes promessas do governo era realizar a legalização de imigrantes que estivessem em condição de indocumentados e o fortalecimento da segurança nas fronteiras americanas (CUNHA apud MIRANDA, et al, 2017). O novo presidente americano utilizou seu argumento pacifista que tinha como objetivo se distanciar da política de guerra de seu antecessor. Obama priorizou uma postura menos radical e mais humanitária e cooperativa (MIRANDA, SILVA, 2017). Quanto à América Latina, a vitória de Obama despertou esperanças. Os países latino-americanos acreditavam na possibilidade de solidificar uma relação interamericana mais estreita em termos de cooperação, visto que a Gestão Obama buscou se distinguir de seu antecessor republicano, (GEDDA apud MIRANDA, et al, 2017).

Durante o governo de Barack Obama, o mundo sofreu com uma enorme crise financeira que iniciou nos Estados Unidos e acabou se espalhando por todo o globo acarretando em problemas de ordem política e social (MIRANDA et al, 2017). Uma

das consequências foi a elevação da taxa de desemprego. Tendo em vista que uma das maiores motivações de atrair os estrangeiros é a oferta de empregos, a crise de 2008 afetou diretamente nas imigrações (CUNHA apud MIRANDA, et al, 2017). A deterioração da economia estadunidense, a redução na oferta de emprego dentro do país, além da diminuição dos salários, provocaram a imigração em sua totalidade (CUNHA, 2012). Segundo Felipe Cunha (2012), a queda das remessas internacionais nos anos que se seguiram à crise também foi uma das consequências da mesma para a imigração. Informações coletadas pelo autor, através da World Bank, mostra que, as remessas internacionais tiveram sua primeira redução no primeiro ano pós-crise, em 2009, após ter um crescimento ininterrupto desde a década de 90. A redução de imigrantes após a crise econômica de 2008, teve a crise de 2008 como responsável por inibir o interesse em migrar para os Estados Unidos de diversos indivíduos (CUNHA, 2012).

Segundo Oliveira (apud MIRANDA, et al, 2017), após o episódio de 11 de setembro, a imigração foi securitizada na política americana, e era visto com um problema que, de certa forma, implicava a segurança dos Estados Unidos e apesar do governo Barack Obama se referir a imigração de modo diferente a de Bush, a securitização da imigração foi notável em seu governo (CARDOSO apud MIRANDA, et al, 2017).

O presidente Obama chegou à Casa Branca com a promessa de realizar uma reforma nas políticas migratórias dos Estados Unidos, contudo, houve uma forte oposição do Congresso que, há época era dominado pelos republicanos, a proposta da Lei DREAM (Development, Relief and Education for Aliens Minors Act) ou Lei de Desenvolvimento, Ajuda e Educação para Menores Estrangeiros, não foi concretizada. Segundo o site da declaração universal dos direitos humanos 1948 (2020) a situação crítica e desumana que se encontravam jovens adultos e crianças que estavam sendo presos e deportados por terem chegado em território americano ainda pequenos com seus pais e permanecerem indocumentados, levou o presidente a criar o DACA – Ação Diferida para os que chegaram na infância (Deferred Action for childhood arrivals) em 2012.

Em 15 de Junho de 2012, o ex-presidente americano Barack Obama criou o programa de Ação Diferida para Chegadas na Infância (Daca) (O GLOBO, 2018). O DACA tratava de uma ordem executiva que foi assinada pelo presidente e se destinava a proteger jovens de forma temporária, enquanto estes aguardavam a regularização de sua situação evitando assim, uma deportação sumária (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2020). O argumento que o Obama usava para proteger o programa e o colocar em prática, era de que esses jovens cresceram nos EUA, estudaram no país, viviam com os americanos, e tinham perdido qualquer relação com seus países de origem. De acordo com o site da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2020), com o programa foram contemplados os indivíduos que tinham menos de 31 anos até 15 de junho de 2007. O programa também previa a proteção contra deportação e autorizava determinados imigrantes que estavam sem documentos a trabalhar no país (DELFIN, 2017). Além disso, a iniciativa do governo americano trouxe expansão ao acesso à educação pós-secundária e trouxe a motivação para os estudantes buscarem graus mais elevados de estudos e ter a oportunidade de alcançar o trabalho tão desejado (DELFIN, 2017). Além disso, Rodrigo Delfim ainda pontua que os beneficiários da DACA, tinham a possibilidade do trabalho, o que pôde contribuir financeiramente para os cofres públicos dos Estados Unidos. Ao participar do programa, os contemplados tinham acesso a planos de saúde, que eram concedidos pelo emprego e até mesmo, em alguns estados, havia a possibilidade de tirar a carteira de motorista (O GLOBO, 2018). O Daca evitava a deportação de forma temporária, contudo, não garantia a cidadania, nem a residência permanente nos Estados Unidos (O GLOBO, 2018).

Para ser beneficiado pelo Daca, o indivíduo requisitante precisaria preencher alguns requisitos como ter chegado aos Estados Unidos com menos de 16 anos de idade, ter entre 15 e 31 anos, como já mencionado, ter vivido nos Estados Unidos desde 2007 de maneira ininterrupta, ter cursado o Ensino Médio no país, ou ter servido nas Forças Armadas, além de ter uma reputação ilibada perante a lei, sem haver antecedentes criminais (O GLOBO, 2018).

É importante citar aqui, também, que os imigrantes que foram levados quando crianças para os Estados Unidos passaram a ser chamados de *dreamers* (sonhadores), fazendo referência ao sonho de conseguir uma vida melhor nos EUA (O GLOBO, 2018). De acordo com o Globo, a maioria dos *dreamers* nasceu no México e em países centro-americanos e viviam na Califórnia, no Texas, Nova York, Illinois e Flórida.

Apesar da tentativa do governo de regularizar a situação dos jovens imigrantes, havia um medo que percorria os pensamentos daqueles que poderiam desfrutar do programa. Para ter acesso ao Daca, os *dreamers* deviam informar ao governo todos seus dados pessoais e por esse motivo havia o temor de que se o programa fosse encerrados, às autoridades migratórias do Estados Unidos poderiam usar as informações disponibilizadas no documento para localizá-los e deportá-los com maior facilidade (O GLOBO, 2018).

Alexsandra Corrêa (2011) afirma que Barack Obama foi eleito em 2008 com grande apoio da comunidade de origem latina, que na época representava cerca de um sexto da população americana. Contudo, na visão da autora, analistas da época afirmaram que esse apoio poderia ter sido perdido para as eleições de 2012 e isso se dá pelo fato do descontentamento com a demora do governo em implementar as reformas nas leis de imigração que foram prometidas pelo presidente, adiada pela crise econômica que devastou o país em 2008 (CORRÊA, 2011). A autora afirma ainda que o governo Obama estava sendo bastante criticado tanto por setores que eram contrários à imigração ilegal quanto por aqueles que defendiam a imigração em sua totalidade. Ao mesmo tempo em que os defensores cobravam mais ação do governo para permitir a legalização dos imigrantes que já estavam no país, os opositores afirmavam que a Casa Branca não estava agindo com o rigor necessário de forma a impedir a entrada de novos ilegais no país (CORRÊA, 2011).

Apesar do Programa DACA e de outras iniciativas do governo Obama, foi durante o mandato do presidente que os Estados Unidos superou os índices de deportações, o que até então nunca tinha sido visto por um presidente americano até então. Dados do site Declaração Universal dos Direitos Humanos (2020) mostram que no período 2009-2016 (mandato de Barack Obama), mais de 2,7 milhões de indivíduos tiveram que - à força - voltarem aos seus países de origem. De acordo com Rodrigo Delfim (2017), as apreensões realizadas pela Patrulha da Fronteira do governo americano, estiveram com níveis mais baixos, o que não era visto desde o início da década de 70, mostrando que o número de tentativas para ingressar no país foi bem menos do que estava sendo vistas. Além disso, numa tentativa de impedir que mais indivíduos chegassem aos países, seja em busca de uma vida melhor ou de refúgio, o governo instituiu a prática das detenções familiares. Segundo o levantamento feito pelo Migration Data Portal (2021) (apud Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2020), em 2014 haviam cerca de 69 mil crianças desacompanhadas de seus pais ou responsáveis na fronteira entre o México e os EUA. Em 2011, foram constatadas 15.949 crianças sozinhas, número drasticamente menor comparado com três anos depois. Nesse contexto, a administração do 44º presidente americano, enjaulou crianças imigrantes que foram detidas na fronteira EUA-México. Determinadas crianças não foram afastadas das famílias, porém foram detidas e “encarceradas” em ambientes que pareciam (WOODWARD apud Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2020). De acordo com GALLI (apud Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2020), a política relacionada a imigração de Obama no que tange às crianças, foi de repressão, mas ao mesmo tempo de proteção, sendo a repressão pela forma em que se utilizavam das políticas rígidas como eram nas fronteiras americanas, e proteção no que tange a ajuda do governo para que tais crianças pudessem se estabelecerem no país de forma legal e sem sofrer as doloridas deportações. Segundo o site, o governo Bush intensificou o sentimento preconceituoso e separatista ao imigrante que chegava em busca de novos rumos, nos Estados Unidos. Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2020) a disseminação do medo em conjunto com a necessidade de assegurar a segurança no tangente aos fluxos migratórios, foram desastrosos, fazendo com que surgisse a securitização da imigração. De acordo com Bush: “As políticas migratórias na era

Obama foram violentas, tanto para estrangeiros viviam nos EUA com suas famílias, como também para as crianças que foram encarceradas juntamente com suas famílias. Mesmo diante desses impasses, a imigração obteve ganho significativo no governo Obama com a criação do DACA [...]"

A quantidade de pessoas deportadas nos 8 anos do governo Obama foi a maior feita por um presidente americano na história dos Estados Unidos (O ESTADÃO). Segundo dados do Estadão, entre 2009 e 2015 os EUA expulsaram 2.749.854 pessoas. O Pew Research Center, citado pelo Estadão, projetava que até o fim do mandato de Obama esse número poderia chegar a 3,2 milhões de deportados. Em comparação com o governo de George W. Bush durante os oito anos de sua gestão, foram deportados cerca de 2 milhões de pessoas, e foi o suficiente para superar os 8 anos do presidente Bill Clinton que detinha o recorde da época (O ESTADÃO).

Outra questão que permeou o governo Obama foi o fato da existência das cidades-santuário como já citado anteriormente. Conforme cita Bevilacqua (2019), após os primeiros seis meses de governo, o presidente iniciou as tentativas de aproximação com os líderes no Congresso buscando estabelecer direcionamentos para uma reforma migratória. As tentativas iniciaram através de um programa criado em 2008, o *Secure Communities*, que foi implementado pelo Departamento de Segurança Interna, onde o principal objetivo era o de criar uma forma de cooperação entre os estados e o governo federal para a aplicação das prioridades de *enforcement* migratório (BEVILACQUA, 2019). Partindo desse princípio, a estratégia adotada por Obama era de concentrar a apreensão e remoção de imigrantes indocumentados pelo governo americano em caso de crimes violentos cometidos por esses refugiados permitindo que o Departamento de Imigração e Alfândega americano processasse indivíduos pela violação das leis de imigração quando as autoridades locais os capturassem por questões criminais, sendo criada a possibilidade de deportação (BEVILACQUA, 2019). Dessa forma, o governo Obama negociou acordos individuais com estados e municípios. Contudo, apesar de tal esforço, o fim do primeiro mandato de Obama em 2012, terminou sem nenhum avanço significativo com relação à imigração (BEVILACQUA, 2019).

O segundo mandato de Obama deu início com a possibilidade de votação da tão esperada reforma imigratória prometida por Barack Obama desde o seu primeiro mandato e com um novo projeto a ser colocado em prática: o projeto da S. 744, *Border Security, Economic Opportunity, and Immigration Modernization Act* que tinha como base uma reconstrução no sistema imigratório do país. Importante mencionar que o projeto de lei abordava todos os aspectos do processo de imigração, desde questões de fronteira e fiscalização até o fornecimento de cidadania a milhares de imigrantes indocumentados (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL apud BEVILACQUA, 2019). O projeto foi aprovado no senado aguardando que a Câmara dos Deputados também aprovasse a legislação e ela pudesse entrar em vigor contudo, houve a recusa na consideração da lei por parte dos Republicanos fazendo com que, em 2014, o presidente perdesse apoio no Congresso (BEVILACQUA, 2019). Somado ao trabalho que vinha sendo realizado junto ao Congresso, mesmo não alcançando a vitória, o governo federal havia constatado que, quanto mais os governos subnacionais estivessem alinhados com as políticas desenvolvidas pelo governo federal, mais fácil seria alcançar um melhor desempenho na aplicação de leis de imigração (BEVILACQUA, 2019).

Segundo Rodrigo Delfim (2017), o governo Obama em vista das imigrações, ao mesmo tempo em que falhou na busca pela aprovação de uma lei que fosse mais abrangente para uma reforma da imigração, a Casa Branca deu importantes passos na proteção dos chamados DREAMERS⁶ e deu enfoque nas causas prioritárias. Ainda assim, as deportações tiveram números recordes e as populações de migrantes mais vulneráveis, permaneciam em sofrimento.

⁶ Dreamer 's é a expressão dada aos jovens que chegaram aos Estados Unidos quando ainda eram crianças, e permaneceram indocumentados. Segundo Rodrigo Delfim (2017), até a data da publicação da informação, permaneciam indocumentados.

4. POLÍTICA MIGRATÓRIA GOVERNO TRUMP

A agenda de política externa dos Estados Unidos após 11 de setembro, se preocupou com a questão da imigração que se tornou pauta a cada novo mandato, de um novo presidente - ou não (SANTOS, 2023). Ewing, Martínez e Rumbaut (2015) traz um apontamento de grande importância que mostra que os Estados Unidos por décadas têm realizado uma grande expulsão de imigrantes de seu território, sob a justificativa de está gerando uma maior segurança e menos criminalidade. Importante mais uma vez trazer aqui que, após o atentado de 11 de setembro, imigração e criminalidade chegaram a ser sinônimos dentro do território americano. Um dos maiores destaques da política adotada pelo presidente Trump no que tange à imigração, foi a proposta da construção de uma fronteira sólida para separar os Estados Unidos do México tendo como principal justificativa para o impedimento da imigração ilegal de forma a reduzir a migração pelas terras mexicanas (SANTOS, 2023). Contudo, apesar da dureza com relação a imigração, o presidente Donald Trump não obtinha apoio dos estrangeiros que residiam nos Estados Unidos (SANTOS, 2023).

Segundo Rumbaut (2017), Donald Trump começou sua campanha presidencial acusando os imigrantes mexicanos de serem delinquentes e estupradores, e a partir de então, propôs a construção de um muro físico na fronteira com o México. Também em suas promessas, Trump incluiu o estabelecimento de um registro de muçulmanos, além da redução da acolhida de refugiados, ou até mesmo a negação de asilos a algumas nacionalidades, a suspensão de financiamento do governo americanos para as cidades que protegiam os imigrantes indocumentados e um aumento no número de detenção e deportação de indivíduos que, de forma histórica, já tinham atingido níveis surpreendentes. (RUMBAUT, 2017)

O núcleo dos Estados Unidos da revista CEBRI em uma publicação realizada no ano de 2021, mostrou que o primeiro ano do governo Donald Trump foi marcado por uma dissociação do governo de seu antecessor Barack Obama, e já em 27 de

janeiro de 2017, foi assinada uma ordem executiva que proibia indivíduos de seis países - sendo estes de maioria muçulmana - de viajar aos Estados Unidos por 90 dias. Posteriormente, e ainda de acordo com a revista, a ordem foi modificada de forma a incluir mais dois países e congelou a entrada de refugiados da Síria. Na mesma época, o ex-presidente assinou outras ordens executivas relativas à imigração sendo uma direcionando fundos para a construção de uma barreira ao longo da fronteira com o México. Em setembro no mesmo ano, Trump e o procurador-geral Jeff Sessions anunciaram que o programa *Deferred Action for Childhood Arrivals* (DACA), que foi implementado durante o governo de Barack Obama iria ser encerrado no período de seis meses, de modo a deixar milhares de beneficiários do programa vulneráveis à deportação.

Desde sua criação, o DACA sofreu severas críticas do espectro conservador da sociedade estadunidense. Embora o programa não conceda a cidadania automática e nem mesmo assegure que ela será reconhecida no futuro – ele tampouco garante residência permanente –, a proteção temporária que dá às crianças em situação irregular atraiu a ira do eleitorado republicano em especial. Trump aproveitou-se dessa insatisfação com a “política de fronteiras abertas” e escolheu o DACA como um de seus alvos durante a campanha eleitoral. (CONTRERA et al ,2022)

Felipe Souza (2023) aponta que, a campanha eleitoral de Donald Trump foi marcada pela retomada do slogan *Make America Great Again*,⁷ e desde então alguns discursos com o apelo ao nacionalismo estadunidense foram proferidos por meio de algumas expressões simbólicas, como é o caso do “*América para os americanos*”, o que, de acordo com o autor, sinalizava uma narrativa no tangente à questão do controle de fronteira dos Estados Unidos. Esses discursos eram pautados em expressões xenofóbicas e racistas que reforçavam a ideia de que todos, os imigrantes latino-americanos - ou boa parte deles - eram terroristas e que de certa forma, tais indivíduos prejudicariam os Estados Unidos. (SOUZA, 2023)

⁷ Utilizado por Ronald Reagan.

No ano de 2018, no mês de maio, Trump instituiu uma política de tolerância zero, que se caracterizou como a política mais dura contra a imigração e resultou na patrulha da fronteira dos Estados Unidos e na separação de mais de 2.600 crianças de seus pais. A política de tolerância zero de Trump, representou vários episódios de violência aplicada à imigração ilegal na fronteira sul do país estadunidense, assim como, a separação de crianças de seus responsáveis devido à conduta legislativa da época - política instituída por Barack Obama. (SOUZA, 2023) Através dessa política, todo imigrante indocumentado poderia ser processado criminalmente, o que foi duramente criticado pela imprensa internacional e por diversos movimentos artísticos. (SOUZA, 2023)

Carolina Cunha (2018), colocou que a política de tolerância zero visava desencorajar a imigração que não tivesse documentos e permitisse que todos os imigrantes adultos que fossem pegos ilegalmente, deveriam ser acusados criminalmente. Ainda de acordo com a jornalista, a separação das crianças de seus pais gerou diversas críticas, pois as imagens que circulavam nas redes sociais e portais de notícias mostravam as crianças enjauladas. Em visita aos asilos, o então senador democrata Jeff Merley constatou que um grande número de menores de idade estavam dentro de uma gaiola de arame de cerca de 10 x 10 metros trancada com cadeados (CUNHA, Carolina 2019). A notícia da UOL, veiculou que no início do seu governo, Donald Trump defendeu a política declarando à imprensa que os EUA não seriam um campo de migrantes e nem um campo de refugiados. Após a pressão, a política de separação de famílias instituída por Trump, foi revertida alguns meses depois, em agosto, após terem as imagens circuladas na internet e causando diversas polêmicas. As imagens abaixo, demonstram o quão era doloroso para as famílias serem separadas de seus entes queridos.



Criança chora ao ver a mãe sendo presa por policiais americanos na fronteira.

Figura 1: John Moore/Getty Images/AFP

Segundo a BBC News, em meio a polêmica da política, o congressista americano Peter Welch, em visita ao centro de detenção do Texas, o descreveu em um tweet como uma prisão. A mesma unidade conhecida como Úrsula, é conhecida pelos imigrantes como "La Perrera" que, em tradução, pode ser chamada de Canil, de modo a se referir às gaiolas instaladas no local agrupando imigrantes adultos e crianças separadas de seus pais depois de tentar atravessar ilegalmente a fronteira. Além disso, a BBC ainda veiculou a opinião de diversos políticos quanto à Úrsula, nesses depoimentos podemos citar a da ex-primeira-dama Laura Bush, esposa de George W. Bush, onde a mesma disse que a estrutura instalada no Texas se assemelha aos campos de detenção que foram utilizados para prender nipo-americanos nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, ainda foi noticiado a fala dos senadores Jeff Merkley e Chris Van Hollen. Merkley disse à CNN que dentro dos galpões existia um grande número de menores de idade que estavam dentro de uma gaiola de arame trancada com cadeados enquanto o senador Chris Van Hollen expressou choque e raiva com as condições que tinha visto. Ainda de acordo com a notícia, o senador postou um tweet testemunhando sua indignação mencionando o então presidente solicitando a mudança da política que, ao ver do senador, era vergonhosa.

Em janeiro de 2019, o Congresso rejeitou o pedido de financiamento de US\$5,7 bilhões para a construção de um muro ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México. Quando isto aconteceu, o então presidente declarou emergência nacional, o que permitiu que Trump desviasse recursos de outras fontes, incluindo militares, para que o muro pudesse ser erguido. Trump emitiu seu primeiro veto para bloquear uma resolução do Congresso que teria impedido tal decisão. Em julho de 2019, foi anunciado pelo governo americano, um acordo com a Guatemala onde seria exigido aos requerentes de asilo que permanecessem por lá, em vez de esperarem o processo dos seus pedidos no território dos Estados Unidos. Este acordo foi contestado no tribunal da Guatemala, contudo, acordos semelhantes com El Salvador e Honduras foram anunciados logo em seguida. Além disso, no que tange ao México, Trump ameaçou o uso de tarifas para pressioná-lo a intensificar os seus próprios esforços de segurança de fronteira.

Segundo o site Veja (2020), em junho de 2020, o governo de Donald Trump emitiu uma ordem suspendendo a emissão de *green cards* para as pessoas que desejem ficar legal no país encontrou na pandemia uma oportunidade para alavancar as políticas de restrição contra os imigrantes, dificultando a entrada de estrangeiros no país e os pedidos de refúgio. O presidente visava priorizar a segurança e o bem-estar dos norte-americanos em meio à pandemia, entre outros fatores não exemplificados. Como era esperado, a resposta de Trump frente ao novo coronavírus reforçou sua política de imigração restritiva.

A pandemia do coronavírus gerou uma tensão mundial e nos Estados Unidos não foi diferente. Nos primeiros dias, o sistema de saúde do país emitiu uma ordem de saúde pública que visava impedir o avanço do vírus no território americano. A ordem permitiu que as autoridades expulsassem rapidamente os imigrantes nas fronteiras terrestres dos EUA (SHOICHET, 2023). A política conhecida como o Título 42, expulsava os imigrantes de forma automática aqueles imigrantes que não possuísssem a documentação exigida para entrar no país (EPSTEIN, 2022). Com o objetivo expresso, o Título 42 entrou em vigência no mês de março de 2020 até o mês de maio de 2023 (WERNECK, 2023).

De acordo com o jornal The New York Times, o título 42 se caracterizou como uma política sanitária dos Estados Unidos forçando os agentes das fronteiras a expulsar os imigrantes para conter os avanços da COVID 19 no país, como citado por Jurandir Soares (2023). A política foi recriada à luz de uma legislação já existente no país desde 1944. A Lei de Serviço a Saúde Pública tal qual era conhecida à época pela concessão de profissionais da área de saúde para aplicação de medidas sanitárias severas e emergenciais para a contenção de doenças contagiosas. No caso da COVID 19, o então presidente Donald Trump invocou o estatuto para deter o avanço da pandemia no país. (SOARES, 2023). De acordo com Bernd Debusmann Jr. e Kayla Epstein (2022), o ex-presidente e seus principais assessores também demonstraram apoio ao endurecimento e a revisão da política de imigração dos EUA. Seguindo essa linha, o então presidente Trump seguiu adiante com a promessa de construir um muro ao longo da fronteira com o México de forma a impedir a entrada de imigrantes no país. O governo de Joe Biden permaneceu na defesa da política após a posse do atual presidente e à luz do título 42 expulsou cerca de dois milhões de pessoas entre 2021 e 2022, de acordo com dados do Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (EPSTEIN, 2022).

Anteriormente ao Título 42, havia em legislação o Título 8, que, também determina a expulsão de imigrantes, porém, tais permanecem no país em detenção em instalações no país. Espécie de asilos. Quando havia a chegada de imigrantes, os funcionários das fronteiras faziam uma entrevista para avaliar a elegibilidade do indivíduo para detectar casos de tortura e riscos no retorno para o seu país de origem, caso houvesse a existência destes atos, o processo de imigração era iniciado e o indivíduo requerente iria a júri. As audiências não ocorriam de imediato e o aguardo dessas deveriam ocorrer no território americano - em asilos - ou no México trazendo à tona a política conhecida como: “Fique no México”. Caso não houvesse o eminente perigo de problemas futuros, o processo de deportação era realizado de forma acelerada. A diferença do Título 8 para o título 42, é que no primeiro, o imigrante pode solicitar asilo nos Estados Unidos e passar por todos esses trâmites já citados anteriormente, enquanto no título 42, o processo de deportação se iniciava imediatamente dado o risco que existia com a pandemia do

coronavírus. Uma das problemáticas do Título 8 se localizava nos espaços disponibilizados que, em um determinado momento estariam em superlotação, causando situações desumanas e desagradáveis para quem procurava um novo começo em território americano. (SOARES, 2023).

O fim da política ocorreu quando o governo Biden determinou o fim da emergência de saúde pública da Covid-19 nacionalmente, o que deixou previsto o aumento significativo de imigrantes no país. Estima-se que, entre março de 2020 e março de 2023, o Título 42 foi usado como base para promover a expulsão em massa de 2,8 milhões de imigrantes dos EUA (UOL, 2023). Com o anúncio do fim do Título 42, esperava-se um caos nas fronteiras, o que gerou preocupação do governo americano quanto à entrada em massa nas fronteiras com o México. Ainda de acordo com notícia veiculada pela UOL (2023), houve um aglomerado de imigrantes nas fronteiras com o México após a informação do fim do Título 42. As comunidades de imigrantes entraram em regiões favoráveis no país, um exemplo é na comunidade do Texas onde, uma organização declarou que por dia eram recebidos mais de mil imigrantes. E para além das regiões de fronteira, o fim da política gerou um caos administrativo, onde os governadores e prefeitos se viam em situação de emergência quanto à entrada de imigrantes nas cidades e estados americanos. Após o fim da política, o governo em vigência determinou o retorno dos protocolos já existentes nas fronteiras americanas (SHOICHET, 2023).

Voltando à discussão colocada anteriormente, a movimentação santuário durante o governo Trump ganhou notoriedade mantendo seu papel de oposição aos direcionamentos de Trump além de ter sido reconhecida por ele como um adversário que deveria ser combatido (BEVILACQUA, 2019). De maneira a realizar embates com o governo federal, durante o governo de Donald Trump, os governos estaduais demonstraram sua capacidade de desenvolvimento de políticas e direcionamentos que vão além das reações visualizadas frente às medidas implementadas em esfera nacional, remetendo à ideia de uma resistência subnacional. Para Reich (2018 apud BEVILACQUA, 2019), os estados se tornaram pró-imigrantes de forma assertiva em resposta às políticas que eram impostas pela administração Trump.

Com a mudança radical de governo após o término da eleição de 2020, diversos questionamentos eram realizados acerca do novo governo e suas formas de atuação na defesa das minorias e no estabelecimento de um novo padrão de regras e legislações. Em 20 de Janeiro de 2021, dia da posse do atual presidente americano, o canal Lex Latin postou 10 desafios que Joe Biden teria ao assumir o comando da Casa Branca. Dentre estes, em destaque esteve a imigração latina. De acordo com Felipe Alexandre, autor da informação, o então candidato Biden, durante sua campanha, deixava enfatizado que seu mandato iria desfazer as muitas políticas migratórias que o governo de seu antecessor Donald Trump implementou nos últimos 4 anos, tendo uma atenção especial aquelas que restringiram o acesso de muitos estrangeiros no país com base em asilos, refúgios, e no tangente às ordens de banimento para algumas nacionalidades e uma série de programas de vistos que encontram-se congelados no país.

Ainda de acordo com Felipe Alexandre (2021) o governo Biden teria o desafio de mudar a percepção de que os Estados Unidos não recebem imigrantes, que se deu pelo caráter irônico e impositivo do ex presidente que deixou uma impressão durante a campanha eleitoral de que todos aqueles que estão no país e são imigrantes, estariam ilegais no país e de que novos imigrantes não seriam aceitos. Seguindo nessa linha, o novo presidente teria o grande desafio de convencer ao mundo de que a América continua a ser receptiva para os estrangeiros que desejassem contribuir de forma legal com o mercado de trabalho e com a economia do país.

O governo de Joe Biden deu-se início em 20 de Janeiro de 2021 e muito se aguardava das prometidas mudanças explícitas nos discursos eleitoreiros do atual presidente americano. Segundo Abraham F. Lowenthal (2021), o novo presidente entrou na Casa Branca com um conhecimento maior da realidade americana do que outros presidentes, em especial no setor internacional pois como membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, ajudou a aprovar o Plano Colômbia, fez 16 visitas à América Latina e assumiu um papel de liderança na defesa da Aliança para a Prosperidade. Sob o slogan “*America is back*”, a agenda

proposta pela campanha do presidente reunia um conjunto de metas que tinham como ponto central a restauração da posição dos Estados Unidos como líder da ordem global trazendo o diagnóstico de que a posição se encontrava comprometida devido aos erros da gestão anterior (PEREIRA, 2023).

Biden foi eleito com diversas promessas de reverter as medidas que foram impostas pelo presidente Trump, como a interrupção dos processos de green cards e o polêmico muro na divisa com o México, contudo, Biden se deparou com uma forte oposição no legislativo do país (PEREIRA, 2023). Em relação à imigração, o discurso proferido por Joe Biden feito durante o período eleitoral, era realizado de uma forma mais amigável quanto à entrada dos estrangeiros em território americano e recheado de críticas severas à separação de crianças dos seus genitores onde, de acordo com a jornalista Sonia Corona do El País em sua coluna publicada em 2020, o atual presidente americano publicou uma nota declarando que “Esta Administração arrancou bebês dos braços de suas mães, e depois parece que esses pais em muitos casos foram deportados sem seus filhos e não foram encontrados. É um ultraje, uma falha moral e uma mancha no caráter do nosso país”. Contudo, a prática foi bem diferente do que era proposto como já mencionado. Segundo Amanda Péchy (2023), o resultado foi a apreensão de 1,72 milhões de estrangeiros na fronteira com o México em 2021 e no ano seguinte, 2,76 milhões, calculando 60% de aumento no número de apreensões. Um recorde. Ainda de acordo com a jornalista, o atual presidente se esbanjou no Título 42 estendendo o decreto até quando pôde. Durante o ano de 2022, as pressões para que Biden adotasse uma política mais restritiva têm crescido e resultou em prisões e expulsões de indivíduos que tentavam entrar de forma ilegal no país, tendo a fronteira sul responsável pela maior parte desse número (PEREIRA, 2023).

Após o fim do Título 42, a Casa Branca, em meio a vários protestos de governadores republicanos, que afirmavam que a suspensão da política levaria a um descontrole de travessias na fronteira, o presidente Joe Biden anunciou novas regras para os pedidos de asilo. Dentre as novas regras, os imigrantes requerentes de asilo passaram a ter que se cadastrar em um aplicativo antes de entrar no país. Apenas com o cadastro do aplicativo chamado CBP One, os pedidos poderiam ser

feitos. Além disso, aqueles que já tivessem passado por outros países no trajeto rumo aos EUA, passaram a não poder solicitar asilo no país (PAIVA, 2023). Contudo, de acordo com o autor, um juiz da cidade de Oakland (Califórnia), entendeu que em ambos os casos as propostas do governo contrariavam a lei do asilo que fora aprovada em 1980. De acordo com tal, todo indivíduo possui o direito a solicitar asilo uma vez que esteja presente em território dos EUA, independentemente de como entrou no país, por meio de fronteiras diretas ou passando por outros Estados. Pedro Paiva (2023) cita que o juiz chegou a afirmar em uma audiência que não conseguia ver diferença entre a proposta de Biden e a proposta de Trump. Como já era previsto e citado anteriormente, havia um receio que o caos se instalasse no território americano com a política de restrição imposta por Donald Trump. De fato, ocorreu, mas não com tanta força como era esperado pelas autoridades do país. Em maio de 2023, a patrulha da fronteira interceptou 169 mil imigrantes, enquanto no mês seguinte esse número caiu para 100 mil. Para o governo Biden, a queda significativa na quantidade de indivíduos que buscavam auxílio nos EUA é resultado das restrições na política de asilo, o que de certa forma desencoraja as travessias ilegais nas fronteiras.

Em fevereiro de 2023, a Folha de São Paulo veiculou uma notícia informando que Biden estava agindo para impedir a entrada de imigrantes indocumentados, determinando que estes seriam considerados inelegíveis para a concessão de asilos como uma forma de reduzir a crescente entrada de migrantes no país. Ainda de acordo com a notícia, em 2022, o país registrou, pela primeira vez, a expulsão de 2 milhões de pessoas do território americano. Ademais, o governo Biden pretendia expandir o uso do aplicativo de celular, em uso desde janeiro de 2023, para acelerar o atendimento daqueles que solicitaram asilo. De acordo com o canal da Folha de São Paulo, o New York Times informou que o sistema estaria sobrecarregado e repleto de erros frente a grande demanda de imigrantes que se situavam em alojamentos do lado mexicano da fronteira à espera de novas tentativas para entrar nos EUA.

Em 5 de Janeiro de 2023, o governo Biden divulgou novas medidas de fiscalização para aumentar a segurança nas fronteiras e diminuir o número de ilegais que as

cruzavam. As implicações foram anunciadas diante do fervor que se encontrava os Estados Unidos diante do fim do Título 42. Dentre as medidas estavam: i) O aumento da deportação acelerada, onde os indivíduos que tentaram entrar no país de forma ilegal sofreria a expulsão rápida para seu país de origem sob pena da não entrada nos EUA por 5 anos; ii) Expansão do processo de liberdade condicional concedida a venezuelanos para nicaraguenses, haitianos e cubanos, onde o processo de liberdade condicional dada aos venezuelanos se expandiu para o Haiti, Cuba e Nicarágua; iii) O lançamento de um portal on-line a fim de reduzir o número de imigrantes nas fronteiras. Essa medida tinha como principal objetivo realizar o processo de imigração de forma acelerada e cuidadosa; iv) Aumentar a ajuda humanitária no México e também na América Central, anunciando US\$23 Milhões em auxílio; v) Mobilização de agentes e forças nacionais para garantir a rápida e segura imigração contando com a contratação de mais agentes para se unir aos 23 milhões que já estavam empenhados na função, além de aumentar a capacidade de transportes aéreos e terrestres a fim de remover os indivíduos de forma mais rápida e com segurança das fronteiras; vi) Combater a desinformação propaganda por contrabandistas, levando a 7.300 prisões como maneira de reduzir a quantidade de organizações criminosas. A medida teve como principal objetivo fazer com que informações e oportunas chegassem com mais rapidez aos imigrantes; vii) Aumento de apoio a cidades fronteiriças a fim de fortalecer a coordenação e colaboração dos estados com o governo além de continuar na mobilização de organizações sem fins lucrativos e organizações religiosas a fim de dar suporte aos imigrantes. Por fim, o documento informa que o governo está empenhado em realizar aquilo que fora proposto.

Em 5 de Janeiro, dois dias após a publicação do documento, o presidente Joe Biden falou ao público sobre as medidas apresentadas por ele, para um sistema de imigração que, na fala do presidente, era um sistema falido. Em vez de existir um processo seguro para realizar a travessia na fronteira de forma ordenada, o que estava em vigência era um sistema feito de retalhos na visão do presidente. De acordo com o presidente, as pessoas vão para os Estados Unidos em busca de uma nova vida para si e para suas famílias. “As pessoas vêm para os Estados Unidos por uma série de razões diferentes. Para buscar novas oportunidades

naquela que é a economia mais forte do mundo. Não posso culpá-las por querer fazer isso. Eles fogem da opressão, vocês sabem, para a nação mais livre do mundo. Elas perseguem seu próprio sonho americano na maior nação do mundo”, disse o presidente Joe Biden em um discurso proferido em 5 de Janeiro de 2023.

Apesar das tentativas, Joe Biden não conseguiu reverter, de imediato, as políticas que foram instituídas pelo seu antecessor Trump que se fortaleceu durante seu mandato e uma ascensão mundial da extrema direita.

5. CONCLUSÃO

A imigração para os Estados Unidos tem se tornado um problema de grande escala e de acordo com Cunha (2010) desde que houve um aumento exacerbado na quantidade de migrantes ilegais no país, o governo norte-americano tentou criar maneiras de lidar com a questão de forma mais ativa, o que na prática não ocorreu.

Por não conseguir deportar o grande número de imigrantes indocumentados que se instalavam nos EUA e não conseguindo fazer por não haver mecanismos eficientes para tal - levando em consideração que a maioria não consegue ser reconhecida pela falta de documentos e a entrada por cidades-santuário - , pôde-se constatar que nos governos dos EUA no pós GF houveram diversas tentativas de promover uma reforma no sistema migratório americano como uma forma de diminuir a quantidade de ilegais no país promovendo ações para regularizar a situação de alguns e deportar outros. A tal reforma foi uma tentativa dos governos Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama.

No ano de 2001, durante o mandato de George W. Bush, o mundo pôde ver o terrorismo invadindo o território americano através de um ataque promovido pela Al-Qaeda e a partir de então novos desdobramentos foram vistos nas políticas migratórias dos governos seguintes ao episódio. Durante o governo de George W. Bush, o país defendeu o aumento da segurança interna contra qualquer tipo de ataque terrorista, assim como a guerra às drogas nas fronteiras, o que dificultou a entrada de imigrantes por estas. E assim o fez. Como uma consequência dos atentados, a agenda política norte americana se inclinou radicalmente para a segurança do país o que trouxe implicações diretas à questão migratória (CUNHA, 2012). Após o ataque, imigração e terrorismo foram vistos como sinônimos e a partir de então algumas drásticas medidas foram tomadas tendo um aumento na segurança das fronteiras, em especial com a fronteira do México, uma das principais entradas de acesso terrestre para os Estados Unidos, e o desenvolvimento de ações para retirar os imigrantes indocumentados do país. Em 2002, o governo de George W. Bush, aprovou o *Enhanced Border Security and*

Visa Entry Reform Act, essas leis visavam à incorporação de várias tecnologias referentes à entrada de imigrantes nos Estados Unidos que tratava também da emissão de vistos, segurança nas fronteiras e informações diretas à imigração (CUNHA, 2012). Três anos depois, em 2005, o *Anti-Terrorism and Illegal Immigration Control Act* buscava obter um controle maior da entrada de ilegais pela fronteira. Essa política determinou a construção de cercas em algumas áreas da fronteira sul, além de enfatizar a extrema necessidade de punição para aqueles agentes que auxiliassem os imigrantes indocumentados a entrar nos Estados Unidos. Ademais, a legislação buscava ainda a eliminação da Green Card Lottery, o que se transformou em uma das leis mais rigorosas referentes à imigração (CUNHA, Carolina, 2019). Todas as ações desenvolvidas pelo governo George W. Bush tiveram à luz do ataque de 11 de setembro.

Em 2006, o governo George W. Bush deu um passo desafiador para barrar a imigração vinda do México: a construção de um muro na divisa entre os países. Assinado no dia 26 de Outubro do mesmo ano, o presidente assinou projeto de lei que previa a construção de uma barreira física entre os EUA e o México como forma de contenção do forte fluxo de imigrantes indocumentados que, anualmente, entravam nos Estados Unidos a partir do território mexicano. O principal argumento utilizado pelo governo era de que a cerca iria ajudar a bloquear uma das principais rotas de cartéis de drogas mexicanos além de auxiliar no impedimento à entrada de terroristas nos EUA (GARCEZ, 2006). De acordo com Garcez (2006), o custo total do projeto era avaliado em US\$6 bilhões de dólares e o projeto previa o com uma extensão de 1,1 mil km.

Durante a cerimônia de assinatura da lei, o presidente Bush afirmou que o país há décadas não tinha um controle de suas fronteiras fazendo com que a imigração ilegal aumentasse expressivamente e considerava o projeto de construção da barreira um passo importante nos esforços americanos de assegurar a segurança em suas fronteiras (GARCEZ, 2006). Apesar disso, e obviamente, o governo do México criticou a construção e o presidente mexicano comparou a barreira com o Muro de Berlim (GARCEZ, 2006).

De acordo com Garcez (2006), os indivíduos americanos se mostraram favoráveis à construção e o projeto já havia sido aprovado pelo Congresso americano e pelo Senado no mês de setembro do mesmo ano. Representantes da Câmara e do Senado estadunidense divulgaram uma declaração conjunta defendendo a construção do muro, tendo como principal argumento a opinião pública que exigia uma fronteira mais segura tendo a proposta aprovada por 64 deputados e 26 senadores democratas (GARCEZ, 2006).

Além do presidente mexicano, o projeto também sofreu críticas de políticos e autoridades dos Estados que fazem fronteira com o México. A então governadora do Arizona, Janet Napolitano, afirmou que se construísse um muro de 15 metros, alguém iria construir uma escada de 15,5 metros, tentando mostrar a ineficiência do projeto e o elevado custo de implantação, devido sua construção compreender áreas inóspitas do deserto e regiões montanhosas (GARCEZ, 2006).

Elizabeth Brandt, Antropóloga da Universidade do Arizona, colocou que o projeto de construção do muro fazia parte de um sentimento da sociedade americana anti imigrante que ganhou em Estados no sul dos EUA em especial no Arizona, um dos Estados que mais recebem imigrantes indocumentados (GARCEZ, 2006). Vale salientar também que o projeto foi aprovado dias antes da eleição, que naquele ano ocorreu em 7 de Novembro.

Após o governo de George W. Bush, Barack Obama, durante a corrida eleitoral se mostrou favorável à entrada dos imigrantes de forma legal, inclusive tendo em seu governo a criação de importantes programas de adequação à situação em que se encontravam os jovens que estavam nos Estados Unidos - os chamados *dreamers* - que teve seu fim no governo do sucessor de Obama, o republicano Donald Trump. Ainda na campanha, prometeu uma reforma no sistema migratório dos Estados Unidos, inclusive tendo o apoio dos imigrantes. Contudo, o governo de Obama, apesar das prometidas reformas, destinou maior orçamento da união para a segurança da fronteira, multou os empregadores de imigrantes indocumentados e aumentou os índices de deportações de ilegais, que como já foi visto, foi o maior da história dos Estados Unidos. O presidente Obama foi totalmente contra aquilo que era esperado, priorizando outras questões sem ser a dos imigrantes.

O governo de Trump, por sua vez, trouxe diversos questionamentos à imigração e tomando drásticas medidas com relação ao tema, dentre as quais pode-se destacar o muro localizado na fronteira dos Estados Unidos com o México em uma tentativa de barrar de maneira física o avanço da imigração ilegal ao Estados Unidos. É inevitável afirmar que o governo Trump foi ousado na implementação de políticas migratórias severas e acabou exacerbando na sua maneira de tratar os indocumentados, acabando com o DACA e outros programas que facilitavam a entrada dos indivíduos no país.

O governo de Joe Biden também, em sua campanha, se mostrou favorável à entrada dos imigrantes, até se opondo a situação em que esses indivíduos se encontravam dentro do território americano e acusando Donald Trump das diversas maneiras pelo seu modo de agir com os refugiados que chegavam nos Estados Unidos procurando uma vida melhor para ele e para suas família. Mas como podemos perceber, a prática foi bem diferente do esperado. Joe Biden se utilizou de medidas impostas pelo ex -presidente e endureceu o tom para a ilegalidade das imigrações usando o título 42 até seu último minuto e ainda sofrendo repressões dos contrários ao fim da política sanitária trazida por Trump durante a pandemia da covid 19.

Ao findar este trabalho, busco-me recorrer a uma pergunta: Será que o governo de Donald Trump promoveu as políticas migratórias mais severas da história dos Estados Unidos dentro desse período que foi analisado?

Essa pesquisa tem conclusão com a seguinte afirmação: o que o governo de Donald Trump realizou com relação às políticas migratórias, foi uma continuidade do que já estava sendo colocado em prática desde o ataque do 11 de setembro pelo governo de George W. Bush, e somado a isso também ocorreu a instituição de agenda de extrema direita que pôde ser vista antes mesmo das eleições através dos discursos de Trump, e essa agenda se apresentou de diversas formas, incluindo a xenofobia contra os indocumentados. Por meio dessa política, e como consequência, o governo Trump, sofreu uma imensa pressão midiática que

somada aos esforços das instituições deu visibilidade internacional aos impactos da implantação da política de Tolerância Zero feita pelo governo Trump, e as falas do ex-presidente americano formando assim uma rede de suporte na defesa dos direitos humanos e proteção aos imigrantes e refugiados em qualquer instância. Contudo, podemos visualizar que foi a partir do 11 de Setembro, surgiram leis cada vez mais restritivas e punitivas para a imigração ilegal que percorreu até a chegada do governo Trump, que adotou uma postura anti-imigratória extremamente criticada internacionalmente se utilizando, também, de divulgação de fake news nas redes sociais como forma de justificar a instituição da política de Tolerância Zero e por isso, os veículos de comunicação mantiveram um papel fundamental no combate dessa postura e dessa política de Trump (SOUZA, 2023).

Os governos pós 11 de Setembro, se depararam com um expressivo número de imigrantes indocumentados onde as ações do governo não conseguiam mais chegar aos indivíduos, havendo a tentativa de criar um sistema migratório eficiente, contudo as prometidas reformas não saíam do papel e a imigração sofreu um descontrole, tanto que no governo Obama, ficou instituído a separação das famílias como forma de reduzir o número de circulantes pelo território americano e no governo Trump, a construção da barreira física na fronteira com o México.

Vale salientar também, que a imigração é um ponto de intercessão entre democratas e republicanos e sobretudo, um ponto sensível para os governos americanos. Apesar das diversas diferenças entre si, os partidos possuem semelhanças em suas políticas internas e externas quando estão no comando da Casa Branca ou dos estados (CABRAL, 2024). Um dos pontos em comum, apesar da falha nessas concepções, é o discurso que julga como necessário o controle das migrações e a ampliação na vigilância na fronteira com o México como forma de reduzir possíveis problemas à segurança nacional (CABRAL, 2024).

Pode-se concluir que o muro foi uma das políticas mais eficientes e fez com que a frequência da imigração reduzisse mas sem muito ônus para o governo. É inevitável pensar quão seria importante para os EUA a aprovação da reforma, mas outros problemas chegam e são colocados como prioridade. Resta-nos aguardar os desdobramentos de como o governo Biden irá se comportar até o final do seu

mandato e até numa possível reeleição do democrata no tangente às políticas migratórias. Aguardemos as cenas dos próximos capítulos que, na minha opinião, não terão muitas mudanças. O ano eleitoral chega e o discurso é proferido de uma forma, quando chegam ao poder, a prática é totalmente diferente.

6. BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Felipe. **Os 10 desafios de Biden para imigração e viagens aos EUA**: ao novo presidente caberá a difícil tarefa de governar um país dividido e polarizado politicamente.. Ao novo presidente caberá a difícil tarefa de governar um país dividido e polarizado politicamente.. 2021. Disponível em: <https://br.lexlatin.com/opiniao/os-10-desafios-de-biden-para-imigracao-e-viagens-aos-eua> . Acesso em: 06 set. 2023.

A Constituição dos Estados Unidos da América. Disponível em <https://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUAREcDidaPESSOALJNETO.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2024

BEAUREGARD, Luis Pablo. **Política migratória de Biden continua à espera da grande reviravolta prometida**: governo manteve algumas medidas polêmicas de trump e a ambiciosa reforma apresentada em janeiro permanece bloqueada no congresso. Governo manteve algumas medidas polêmicas de Trump e a ambiciosa reforma apresentada em janeiro permanece bloqueada no Congresso. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-09/politica-migratoria-de-biden-continua-a-espera-da-grande-reviravolta-prometida.html> . Acesso em: 22 ago. 2023.

BEVILACQUA, Roberta Maria Botelho. **PARA ALÉM DOS MUROS**: uma análise da inserção e do comportamento dos estados-santuário frente aos governos de barack obama e donald trump (2009-2019). 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28606/2/ParaAlemMuros.pdf> . Acesso em 10 abr. 2024

BEVILACQUA, Roberta Maria Botelho. As cidades-santuário nos EUA e o contra movimento do Texas: o caso da lei SB-4. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e39145, 2019. DOI: 10.12957/neiba.2018.39145. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/39145> . Acesso em: 10 abr. 2024.

CABRAL, Victor. **REPUBLICANOS E DEMOCRATAS EM DISPUTA PELAS MIGRAÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS.** 2024. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2024/04/22/republicanos-e-democratas-em-disputa-pelas-migracoes-nos-estados-unidos/> . Acesso em: 31 abr. 2024.

CASTRO, Mary Garcia. **Latinos nos EUA: Unindo Américas, Fazendo A América De Lá Ou Perdendo A Nossa América?.** 1991. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/302/270> . Acesso em: 10 mar 2024.

CHEVIGNY, Paulo. A Repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro. SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: nº 1. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/rr8kddrKS63bNG6qJZjzY7P/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 28 mar. 2024.

CLINTON EXPLICA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO. Londrina, 10 mar. 1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/mundo/clinton-explica-politica-de-imigracao-132166.html?d=1> . Acesso em: 07 abr. 2024.

CONTRERA, Flávio *et al.* RETÓRICA DA AMEAÇA E SECURITIZAÇÃO: a política migratória dos estados unidos na administração trump. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, p. 1-28, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7Kw6bzhDWbhj7swD8kZQBnR/?lang=pt> . Acesso em: 05 mar. 2024.

CUNHA, Carolina. **Imigração nos EUA**: a política de tolerância zero e o drama das crianças na fronteira. a política de tolerância zero e o drama das crianças na fronteira. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/imigracao-nos-eua-a-politica-de-tolerancia-zero-e-o-drama-das-criancas-na-fronteira.htm> . Acesso em: 29 jan. 2024.

CUNHA, Filipe Brum. **IMIGRAÇÃO ILEGAL NOS ESTADOS UNIDOS**: uma análise conjuntural a partir de uma perspectiva histórica. 2012. 91 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70009/000876107.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 19 mar. 2024.

CUNHA, Filipe Brum. **IMIGRAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**: análise histórica e tendências no início do século xxi. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70009/000876107.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 19 mar. 2024.

DAVIS, Mike. **Latino-americanos nos Estados Unidos**. Enciclopédia Latino Americana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/l/latino-americanos-nos-estados-unidos> . Acesso em: 20 mar. 2024.

DEBUSMANN JUNIOR, Bernd; EPSTEIN, Kayla. **O que é o Title 42, polêmica política de imigração da era Trump mantida pela Suprema Corte dos EUA**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64102620> . Acesso em: 22 ago. 2023.

DELFIM, Rodrigo Borges. **Qual o legado do presidente Obama para a imigração nos EUA?** 2017. Disponível em: <https://migramundo.com/qual-o-legado-do-presidente-obama-para-a-imigracao-nos-eua/> . Acesso em: 21 mar. 2024.

ENRICONI, Louise. **Imigrante, refugiado e asilado: quais são as diferenças?**. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/refugiados-imigrantes-e-asilados/> . Acesso em: 04 abr. 2024.

FABRI, Felipe Sodré; FOGAÇA, Gabriel Carvalho; ASSIS, Leonardo Martins de. **TERRORISMO, POLÍTICA EXTERNA E SECURITIZAÇÃO: os impactos dos atentados do 11 de setembro. OS IMPACTOS DOS ATENTADOS DO 11 DE SETEMBRO**. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/09/13/terrorismo-politica-externa-e-securitizacao-os-impactos-dos-atentados-do-11-de-setembro/> . Acesso em: 05 mar. 2023.

FELIPE, Leandra. **Depois de atentado do 11 de setembro, EUA mudaram forma de encarar imigrantes**. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-09/depois-de-atentado-do-11-de-setembro-eua-mudaram-forma-de-encarar> . Acesso em: 05 mar. 2024.

FIGLINO, Beatriz. **Guerra Fria: Um Período, Três Olhares**. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201652417328.pdf> . Acesso em: 09 mar 2024.

GARCEZ, Bruno. **Bush assina lei que prevê muro na fronteira com México**. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061026_bush_muro_c [rg](#) . Acesso em: 12 abr. 2024.

Governo Biden aperta restrição a migrantes na fronteira dos EUA com o México: nova regra pressupõe que estrangeiro não é elegível para concessão de asilo se entrada no país for irregular. Nova regra pressupõe que estrangeiro não é elegível para concessão de asilo se entrada no país for irregular. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/governo-biden-aperta->

[restricao-a-migrantes-na-fronteira-dos-eua-com-o-mexico.shtml](#) . Acesso em: 15 mar. 2024.

GUILLOT, Duch Jaume. Explorar as razões da migração: porque é que as pessoas migram?. Parlamento Europeu. 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200624STO81906/explorar-as-razoes-da-migracao-porque-e-que-as-pessoas-migram> . Acesso em: 10 mar. 2024.

HERZ, Mônica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. ESTUDOS AVANÇADOS, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Bb8RBvXjMrjz3S3ZbPC43Kt/> . Acesso em: 19 mar. 2024.

Informativo: Governo Biden-Harris anuncia novas medidas de fiscalização das fronteiras. Casa Branca. Washington, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-governo-biden-harris-anuncia-novas-medidas-de-fiscalizacao-das-fronteiras/> . Acesso em: 22 ago. 2023

LATIN AMERICAN IMMIGRATION TO THE UNITED STATES: What are the commonalities and differences among major immigration waves?. American Economic Association, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/research/charts/immigration-latin-america-historical-us> . Acesso em: 22 ago. 2023.

MAGNOTTA, Fernanda. UM BALANÇO DA POLÍTICA EXTERNA DA ERA TRUMP. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, p. 1-36, jan. 2021. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_externa.pdf . Acesso em: 09 jan. 2024.

MACEDO, Sandro. **Guerra civil de El Salvador deixou mais de 60 mil mortos entre 1980 e 1992:** Confronto envolveu a ditadura de direita e aguerrilha de esquerda organizada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

,apoiados, respectivamente, por EUA e URSS. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/guerra-civil-de-el-salvador-deixou-mais-de-60-mil-mortos-entre-1980-1992-20758761> . Acesso em: 05 abr. 2024

MIRANDA, Gislaine Domingos; SILVA, Guilherme Magalhães da. **A Política Externa dos Estados Unidos para a América Latina: Uma Análise dos Governos Bush e Obama**. 2017. Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2017613111954.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2024.

O QUE significa o fim da medida Título 42 nos EUA? 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/05/11/o-que-significa-o-fim-da-medida-titulo-42-nos-eua.htm> . Acesso em: 06 mar. 2024.

PAIK, Rocío. **De Clinton a Trump, veja o que fizeram os últimos presidentes dos EUA em relação à imigração**. 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/de-clinton-a-trump-veja-o-que-fizeram-os-ultimos-presidentes-dos-eua-em-relacao-a-imigracao/> . Acesso em: 05 abr. 2024.

PAIVA, Pedro. **Política migratória de Biden gera descontentamento em Republicanos e Democratas**: um juiz federal considerou as limitações ao asilo impostas pela casa branca ilegais. Um juiz federal considerou as limitações ao asilo impostas pela Casa Branca ilegais. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/27/politica-migratoria-de-biden-gera-descontentamento-em-republicanos-e-democratas> . Acesso em: 22 ago. 2023.

PÉCHY, Amanda. **Como o governo Biden aperta o cerco contra os imigrantes ilegais**: novas medidas tornam a passagem pela fronteira ainda mais difícil do que na era trump. Novas medidas tornam a passagem pela fronteira ainda mais difícil do que na era Trump. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-o-governo-biden-aperta-o-cerco-contra-os-imigrantes-ilegais> . Acesso em: 06 mar. 2024.

PEREIRA, Matheus de Oliveira. **POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA: uma avaliação preliminar dos anos biden.** UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS ANOS BIDEN. 2024. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2024/03/14/politica-externa-dos-eua-para-a-america-latina-uma-avaliacao-preliminar-dos-anos-biden/> . Acesso em: 20 mar. 2024.

REDAÇÃO, Da. **EUA vão tornar permanentes restrições à imigração impostas por pandemia:** governo trump apresentou proposta para solidificar regras de 'emergência' e dificultar entrada de trabalhadores estrangeiros e de refugiados. Governo Trump apresentou proposta para solidificar regras de 'emergência' e dificultar entrada de trabalhadores estrangeiros e de refugiados. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/eua-vao-tornar-permanente-restricoes-a-imigracao-impostas-durante-pandemia> . Acesso em: 10 mar. 2024.

REZENDE, Flávio da Cunha. Clinton e a reinvenção do governo federal: o national performance review. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 1, n. 49, p. 93-140, jan. 1998. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1505/1/1998%20Vol.49%2cn.1%20Rezende.pdf> . Acesso em: 09 abr. 2024.

RUMBAUT, Rubén G.. **Imigração nos Estados Unidos: da grande inclusão à grande expulsão?:** os eua sempre mostraram uma capacidade extraordinária de absorção de milhões de imigrantes mas o caminho nunca foi livre de obstáculos. Os EUA sempre mostraram uma capacidade extraordinária de absorção de milhões de imigrantes Mas o caminho nunca foi livre de obstáculos. El País. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/internacional/1484322393_809504.html . Acesso em: 05 mar. 2024.

SANTOS, Iara Cristina Alves dos. **CRISE MIGRATÓRIA E HUMANITÁRIA:** a problemática das crianças na fronteira México-Estados Unidos. 2023. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica

de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6214/1/SANTOS.%20Crise%20Migrat%c3%b3ria%20e%20Humanit%c3%a1ria.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Lei atinge 5 milhões de ilegais nos EUA. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01 abr. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/01/mundo/1.html> . Acesso em: 01 maio 2024.

SILVA, João Carlos Jarochinski. A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS ESTADOS UNIDOS. **Textos&Debates**. Boa Vista, p. 7-21. jun. 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1328> . Acesso em: 08 mar. 2024.

SHOICHET, Catherine E.. **Título 42: O que é e o que acontecerá na fronteira dos EUA com seu fim?**: ordem pública permitia que as autoridades expulsassem rapidamente os migrantes nas fronteiras terrestres dos eua durante a pandemia de covid-19; essa política irá expirar neste 11 de maio. Ordem pública permitia que as autoridades expulsassem rapidamente os migrantes nas fronteiras terrestres dos EUA durante a pandemia de Covid-19; Essa política irá expirar neste 11 de maio. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/titulo-42-o-que-e-e-o-que-acontecera-na-fronteira-dos-eua-com-seu-fim/> . Acesso em: 22 ago. 2023.

SOARES, Jurandir. **Título 42: entenda política migratória restritiva dos EUA que será revogada**: governo vai retomar o título 8, medida que vigorava antes da pandemia e que permite solicitar asilo no país. Governo vai retomar o Título 8, medida que vigorava antes da pandemia e que permite solicitar asilo no país. 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/titulo-42-entenda-politica-migratoria-restritiva-dos-eua-que-sera-revogada-nesta-5-11052023> . Acesso em: 22 ago. 2023.

SOUZA, André de Mello e *et al.* **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror:** reflexões sobre o terrorismo no século xxi. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. 196 p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3007/1/Livro-Do 11 de setembro de 2001 %c3%a0 guerra ao%20terror-reflex%c3%b5es sobre o terrorismo no s%c3%a9culo XXI](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3007/1/Livro-Do%2011%20de%20setembro%20de%202001%20-%20guerra%20ao%20terror-reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20terrorismo%20no%20s%C3%A9culo%20XXI) . Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, Thomáz Vitor Costa Fernandes de. **O CONTROLE DE FRONTEIRA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O MÉXICO NO GOVERNO TRUMP (2017-2020).** 2023. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/fe9d7e9c-28b0-4b83-930e-76778c6b5ab4> . Acesso em: 20 mar. 2024.

SORRENTI, Serena. **Migração nas Américas:** as características do movimento migratório na região. 2023. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/migracao-nas-americas-as-caracteristicas-do-movimento-migratorio-na-regiao/> . Acesso em: 20 mar. 2024.

TIENDA, Marta; SÁNCHEZ, Susana M.. **Latin American Immigration to the United States.** 2013. Disponível em: [https://oar.princeton.edu/rt4ds/file/7217/Latin American immigration United States Tienda 2013.pdf](https://oar.princeton.edu/rt4ds/file/7217/Latin%20American%20immigration%20United%20States%20Tienda%202013.pdf) . Acesso em: 26 fev. 2024.

WERNECK, Larissa. **Fim de Título 42 nos EUA deve aumentar pedidos de asilo no México:** norma, implantada trump durante pandemia, permitia a expulsão de migrantes que cruzavam fronteira terrestre de maneira irregular. Norma, implantada Trump durante pandemia, permitia a expulsão de migrantes que cruzavam fronteira terrestre de maneira irregular. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/05/12/fim-de-titulo-42-nos-eua-deve-aumentar-pedidos-de-asilo-no-mexico.htm> . Acesso em: 09 jan. 2024.

1948 Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Uma História Da Imigração Nos Eua – Parte 5: Guerra Às Drogas E Ao Terror Global**. 2020. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/2020/04/06/uma-historia-da-imigracao-nos-eua-querra-as-drogas-e-ao-terror/> . Acesso em: 10 mar 2024.